

Padilha e Moreira já estão arrolados

PGR pede para que

STF investigue Temer

por propina ao PMDB

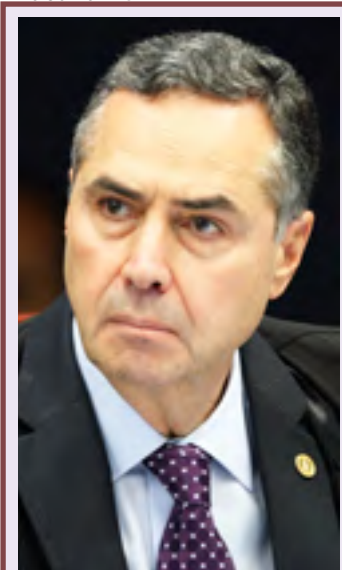
1

REAL

BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Nelson Jr - STF



“Não frequento palácios”, diz Barroso a Gilmar

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, rebateu, na quarta-feira, as declarações ofensivas de Gilmar Mendes. “Jamais antecipei julgamento. Nem falo sobre política. Eu vivo para o bem e para aprimorar as instituições. Sou um juiz independente, que quer ajudar a construir um país melhor e maior. Acho que o Direito deve ser igual para ricos e para pobres, e não é feito para proteger amigos e perseguir inimigos. Não frequento palácios, não troco mensagens amistosas com réus e não vivo para ofender as pessoas”, disse. **Pág. 3**

Pará: governador soube do risco da lama tóxica vazar em abril de 2016

O governo Celso Jatene tem se colocado em defesa da multinacional norueguesa com relação ao vazamento no município de Barcarena (PA). O ex-secretário estadual de Meio Ambiente do Pará, Luiz Fernandes, sabia, desde abril de 2016, dos riscos de vazamento de rejeitos de bauxita da múlti Hydro Alunorte. Ele foi alertado pelo advogado das vítimas do município, Ismael Moraes, e já na época era perceptível a poluição da água e do ar. “Alertei pessoalmente”, afirmou o advogado. **Pág. 4**

HORA DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.611 2 a 6 de Março de 2018



Marcelo Camargo



A procuradora-geral da República, Raquel Dodge

Odebrecht deu 10 milhões em troca de favores nos aeroportos privatizados, ainda no governo Dilma

Na investigação da propina que, em 2014, a Odebrecht passou para a cúpula do PMDB, a procuradora geral da República, Raquel Dodge, pediu ao STF que Temer seja incluído. A Constituição veda que um presidente no

exercício do cargo seja responsabilizado pelo que aconteceu fora de seu mandato, mas não impede que ele seja investigado, apontou a procuradora. A propina de R\$ 10 milhões foi acertada por Temer com Marcelo Odebrecht durante jantar no Palácio do Jaburu. **Pág. 3**

Lula apresenta texto de Vaccari como a prova de sua inocência

Valter Campanato - ABR



A defesa de Lula, no recurso (“embargo declaratório”) que fez ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), apresentou, para supostamente desmentir o depoimento do presidente da OAS, José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como Léo Pinheiro, uma declaração manuscrita de João Vaccari, ex-tesoureiro do PT, preso

em Curitiba e condenado, até agora, a 41 anos de cadeia por corrupção passiva, lavagem de dinheiro ilícito e associação criminosa. Trata-se, evidentemente, de uma testemunha muito idônea. Porém, o mais esquisito – e sintomático – é que a defesa de Lula não apresentou Vaccari como testemunha, durante o processo. **Página 3**

IBGE: 12,7 milhões de pessoas procuraram emprego na semana passada e não encontraram nada

O índice do IBGE que mede o número de pessoas que procuraram emprego na última semana e não conseguiram atingiu 12,2% no trimestre móvel de novembro de 2017 a janeiro de 2018, o que significa que 12,7 milhões de pessoas

estão nesta situação. O total de brasileiros sem emprego no país atinge 26,4 milhões, somando-se as demais modalidades de desemprego, como sub-emprego e desalento, apontou a Pnad Contínua, divulgada pelo IBGE. **Pág. 2**

Picareta deu 28 bi a bancos em janeiro e quer mais imposto

Em janeiro, os recursos públicos transferidos para pagamento de juros aos bancos atingiu R\$ 28,314

bilhões (5,15% do PIB) e em 12 meses nada menos que R\$ 392,727 bi (5,97% do PIB), segundo o BC. **P. 3**

“Monopólios estrangeiros só querem sangrar nosso país”, afirma filho de Jango, na Bahia

“Queremos uma pátria livre e desenvolvida e vamos lutar por ela”, afirmou o ex-deputado João Vicente Goulart, filho do ex-presidente Jango, e pré-candidato a presidente da República pelo Partido Pátria Livre (PPL), em Salvador, na terça-feira. Em palestra na sede da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, para um auditório lotado, ele disse que está retomando a luta de seu pai. “Meu pai queria um Brasil para todos e não para poucos privilegiados”, destacou João Vicente. **Pág. 3**



Arquivo

Médicos sem salário no Rio

No Rio de Janeiro, médicos e enfermeiros do atendimento básico de saúde protestam contra o sucateamento da saúde e atraso de salários. Em estado de greve, aqueles que são obrigados por lei a continuar trabalhando carregam no peito recado para a população. **P. 3**



Moro põe a leilão 11 milhões de Dirceu em imóveis

Pág. 2

Temer pretende entregar 51% da Embraer à Boeing

O presidente Michel Temer quer entregar a fatia de 51% da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) para a norte-americana Boeing, segundo informações do jornal o Globo no início desta semana. Caso não consiga apoio para entregar a terceira maior empresa setor, Temer estuda a criação de uma terceira empresa, em conjunta com a Boeing, que inclui a unidade de aviação comercial da Embraer, excluindo sua unidade de defesa.

De acordo com a publicação, do colonista Lauro Jardim, Michel Temer exigiu que a Boieng só tivesse 51%, ou seja, o controle da empresa. “Já está definida a participação acionária que Boeing e Embraer terão na empresa que vão criar para cuidar dos jatos comerciais que a brasileira fabrica: os americanos ficam com 51% da companhia e a Embraer com 49%. Essa foi uma exigência do governo brasileiro. A Boeing concordou”, anotou o colonista.

Na terça-feira (27), o secretário de comunicação da Presidência, Márcio de Freitas, afirmou que Temer está avaliando se apoia uma proposta de criação de uma empresa conjunta de aviação comercial entre Boeing e Embraer. “Não há ainda nenhuma definição do governo sobre a parceria das empresas”, disse à agência Reuters. “O Ministério da Defesa recebeu e reportou ao presidente. Mas ainda há avaliação sobre a proposta e ainda restam dúvidas sobre o tema”.

Segundo o colonista, na quarta-feira (28), o novo ministro da Defesa, Joaquim Silva e Luna, manifestou-se contrário à entrega da Embraer à Boeing, em reuniões das quais participou sobre o tema. “O novo ministro da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, é um dos mais acerbos adversários da negociação entre Boeing e Embraer para uma criação de uma joint venture”, afirmou Lauro Jardim.

Brookfield avança sobre parques eólicos no Brasil

Fundo canadense adquire de Renova Energia o complexo eólico de Alto Sertão III na Bahia

O Conselho de Administração (CA) da Renova Energia, companhia controlada pela Cemig e Light, aprovou na última terça-feira, 27, a venda de ativos da Renova para a canadense Brookfield Energia Renovável. Com o parecer favorável do CA, a Brookfield controlará o complexo eólico do projeto Alto Sertão III, no estado da Bahia, pelo valor de R\$ 650 milhões, e adquirirá contratos de projetos eólicos em desenvolvimento (PPAs, na sigla em inglês) para construir parques geradores de energia eólica, com capacidade instalada estimada de 1,1 GW, ao preço de R\$ 187 mil por MW.

O Complexo de Alto Sertão III, gerador 433 MW, será pago segundo a Renova, na data de fechamento da transação, valor que pode ser acrescido de até R\$ 150 milhões (corrigidos por CDI) relacionado à geração futura.

Já os PPAs, serão pagos como "earn-out", valor que será recebido posteriormente, em razão de lucros futuros. A Renova afirma que os recursos oriundos da transação serão destinados para o “pagamento dos fornecedores e credores do projeto Alto Sertão III”.

Aproveitando-se da crise econômica, promovida pelo ajuste fiscal imposto por Dilma/Levy e Temer/Meirelles, a multinacional canadense, desde 2013, vem comprando diversas empresas privadas e estatais brasileiras. No ano passado a Brookfield adquiriu 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária integral da Petrobrás, responsável pelo transporte e armazenagem de gás natural por meio de gasodutos, terminais ou embarcações, próprios ou de terceiros.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Emprego segue no fundo do poço, mas governo comemora



Guito Moreto / Agência O Globo

Multidão disputa poucas vagas oferecidas de emprego. Centro do Rio

Transferência de recursos públicos para bancos em janeiro atinge R\$ 28,3 bilhões

Em janeiro, foram transferidos R\$ 28,314 bilhões (5,15% do PIB) em recursos públicos para pagamento de juros aos bancos e em 12 meses nada menos que R\$ 392,727 bilhões (5,97% do PIB), segundo números das estatísticas fiscais divulgadas na quarta-feira (28/02) pelo Banco Central.

Os dados do BC demonstram bem a estupez da política de privilegiar uma meia dúzia de bancos e parasitas. Em 12 meses gastou-se com juros quase que o mesmo volume que havia sido torrados em 2016 e 2017: R\$ 407,024 bilhões (6,50% do PIB) e R\$ 400,826 bilhões (6,11% do PIB), respectivamente. Enquanto isso o povo vive à míngua, estados e municípios de pires na mão mendigando liberação de verbas e a economia no fundo do poço.

Em 12 meses, o governo central gastou com juros R\$ 335,140 bilhões; os estados, R\$ 47,309 bilhões; municípios, R\$ 4,663 bilhões; e estatais, exceto os grupos Petrobrás e Eletrobrás, R\$ 5,616 bilhões.

Eis aqui o verdadeiro motivo do “desajuste fiscal”. Enquanto o governo projeta um déficit primário (não financeiro) de R\$ 159 bilhões para este ano, gasta mais que o dobro para encher ainda mais os cofres dos bancos, sem gerar um emprego sequer.

Mesmo com o gasto estúpido com juros, a dívida líquida do setor público alcançou R\$ 3,407 trilhões (51,8% do PIB) em janeiro e a dívida bruta (governo Federal, INSS, governos estaduais e municipais) somou R\$ 4,904 trilhões (74,5% do PIB).

Juros cobrados no cartão de crédito e no cheque especial continuam na Lua

Uma das razões pela qual comemora-se por aí a aparente queda na taxa básica de juros (Selic) é o, também aparente, efeito que essa medida surte nos juros do mercado.

Contudo, dados divulgados pelo Banco Central (BC) mostram que ao invés de cair, os juros cobrados pelas instituições financeiras às pessoas físicas e jurídicas, nas mais diversas modalidades, continuam subindo.

Os juros do cheque especial, conforme divulgado em relatório do BC, na terça-feira (27), cresceram 1,7% em janeiro em relação a dezembro, deixando a taxa média dessa modalidade em incríveis **324,7% ao ano**.

Os juros médios das operações com cartão de crédito (juros rotativo) estavam em janeiro em **327,9% ao ano** – não só uma das mais altas do mercado, mas também a mais alta do mundo.

Além do cheque especial e do cartão de crédito, os juros de empréstimos para empresas tiveram aumento de 0,7% de dezembro para janeiro, alcançando 22,3%.

Nada explica o motivo das instituições financeiras continuarem a se comportar como agiotas no Brasil, exceto o fato de que o governo escolheu governar para os bancos.

Segundo relatório da ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), a taxa média de juros para pessoa física sofreu uma elevação de 45,73 pontos percentuais, passando de 87,97% ao ano em março de 2013 para 133,70% ao ano em dezembro de 2017.

Nas operações de crédito para pessoa jurídica, a elevação foi de 19,69 pontos percentuais, indo de 45,58% em 2013 para 63,27% ao final de 2017.

Isso representa que, apesar das últimas reduções - por isso aparentes - da Selic, os juros da economia crescem e permanecem extorsivos.

A redução da Selic, que em fevereiro atingiu 6,75%, a sua “mínima média histórica”, como contam os grandes veículos de comunicação, é também aparente, pois, quando aplicada a inflação do período (2,86%) ao cálculo da taxa de juro real, ela se encontra em 3,78% ao ano, seguramente uma das maiores do mundo onde a política geral é a manutenção dos juros em níveis negativos.

Enquanto isso, a “autoridade monetária” estuda “várias coisas” visando a queda das taxas cobradas pelos bancos, diz o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, quando inquerido sobre o extorsivo juros do cheque especial. Os bancos, por sua vez, atribuem à inadimplência os altos juros.

Moro determina leilão de imóveis de Dirceu avaliados em R\$ 11 milhões

O juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato na primeira instância da Justiça, determinou na quarta-feira (28) o leilão de quatro imóveis do ex-ministro José Dirceu. Os bens são avaliados em pouco mais de R\$ 11 milhões.

Segundo a decisão, os bens constituem diretamente produto de crimes praticados pelo ex-ministro ou foram adquiridos com esses valores. O leilão público está marcado para o dia 26 de abril.

Entre os imóveis está a casa localizada em Indianópolis (Ibirapuera), em São Paulo, onde fica a sede da JD Assessoria, empresa de consultoria de Dirceu, avaliada em R\$ 6 milhões. Ainda consta da lista o prédio e respectivo terreno que está no nome de Camila Ramos de Oliveira e Silva, filha de José Dirceu.

Outro imóvel é a chácara situada em Vinhedo (SP), avaliada em R\$ 1,8 milhão, que está registrada em nome da empresa TGS Consultoria e Assessoria e Administração Ltda. Além da casa loca-

lizada em Passa Quatro (MG), onde morava a mãe de Dirceu, avaliada em R\$ 2,5 milhões. A residência também está registrada em nome da TGS.

O ex-ministro foi preso em 2015 na 17ª fase da Operação Lava Jato e condenado duas vezes por crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. Atualmente é réu em processo em que é acusado de receber propina das empreiteiras Engevix e UTC. Em maio de 2017, Moro determinou que ele deixasse a prisão com tor-nozeleira eletrônica.

12,7 milhões de pessoas procuraram emprego na última semana e não encontraram, diz IBGE. Outras 26,4 milhões estão em condições de trabalhar e não conseguem uma colocação

O índice do IBGE que mede o número de pessoas que procuraram emprego na última semana e não encontraram atingiu 12,2% no trimestre móvel novembro/2017-janeiro/2018, o que significa que 12,7 milhões de pessoas estão nesta situação. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgada na quarta-feira (28/02) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda, conforme o próprio IBGE, no total, são 26,7 milhões de pessoas que estão em condições de trabalhar no Brasil, mas não estão conseguindo.

O índice de desocupação ficou acima do que o registrado no trimestre outubro-dezembro/2017, quando a taxa foi de 11,8%.

Desde 2013, a evolução da taxa de desemprego, no trimestre móvel novembro-janeiro, foi a seguinte: 7,2%, 6,4%, 6,8%, 9,5%, 12,6% e 12,2%, respectivamente. Os índices apontam de forma cabal o grau de deterioração da economia ao logos dos anos - seja com Dilma, seja com Temer - em que prevaleceu o neoliberalismo, com juros reais estratosféricos, corte de investimentos públicos e desnacionalização/desindustrialização.

Segundo a pesquisa, a população ocupada no período somou 91,7 milhões de pessoas, um aumento de mais de 1,848 milhão de pessoas em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Isso se deu pelo crescimento do trabalho informal. “As políticas [do governo federal] ainda não foram eficientes para gerar postos com carteira de trabalho assinada. No paralelo disso, você vê a informalidade crescendo em nível recorde”, afirmou o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo.

Além da precarização, trabalho informal significa menos arrecadação para a Previdência Social.

Conforme o IBGE, o aumento do volume de pessoas ocupadas em um ano ocorreu assim:

- 986 mil novos trabalhadores por conta própria;
- 581 mil novos empregos sem carteira assinada;
- 317 mil novas vagas com carteira assinada no serviço público;
- 267 mil novos trabalhadores domésticos;
- 180 mil novos empregadores;
- 79 mil pessoas trabalhando como auxiliares de familiares;
- 562 mil vagas a menos

de uma situação vai de mal a pior, bem longe da farsa da “recuperação” de Temer/Meirelles, foi o aumento de 4,4% (mais 986 mil pessoas) dos trabalhadores por conta própria, atingindo 23,2 milhões de pessoas, se aproximando da quantidade dos trabalhadores com carteira assinada. Ou seja, são milhões de trabalhadores, homens e mulheres, se virando nos 30, fazendo bico, lavando vidro de carro nos cruzamentos, vendendo comida em barraquinhas ou outra atividade para colocar o pão na mesa.

De um total de 23,2 milhões de pessoas trabalhando por conta própria, dentro de uma força de trabalho estimada em 104,4 milhões de pessoas, dão bem uma mostra da grave situação em que o país se encontra, que marketeiro nenhum é capaz de esconder, muito menos um governo desmoralizado e corrupto como o de Temer, repudiado por 97% da população.

Com o agravante de que os 12,7 milhões de desempregados estão inseridos nos 26,4 milhões de brasileiros que estão em condições de trabalhar e não estão encontrando emprego, o que representa uma taxa de subutilização da força de trabalho de 23,6%, no último trimestre do ano passado em relação ao trimestre anterior, de acordo com os números do IBGE.

Tal é a situação que nos levou o “ajuste fiscal” de Dilma/Levy e Temer/Meirelles para garantir a transferência de recursos públicos para o sistema financeiro, via gastos com juros.

Enfim, os números do IBGE jogam por terra a retomada do “crescimento” apregoada pelo governo e certos colonistas de aluguel, pois é literalmente impossível crescimento econômico com desemprego em massa.

VALDO ALBUQUERQUE

‘Alta’ da arrecadação se deve apenas às entradas extras

Em janeiro, a arrecadação de impostos, contribuições e outras receitas federais totalizou R\$ 155,619 bilhões, o que significa um aumento real de 10,12% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

O governo comemorou o “melhor resultado” para janeiro desde 2014, quando foram arrecadados R\$ 158,9 bilhões (corrigidos pelo IPCA). Vamos combinar: um aumento de um pouco mais de R\$ 3 bilhões em quatro anos é quase nada, pelo simples e bom motivo que a população aumenta, as necessidades do povo aumentam etc., como atestam a péssima situação da saúde e segurança pública, generalizadas em todos os estados.

Ainda assim, o aumento da arrecadação, de janeiro deste ano em relação a janeiro do ano passado, não se deu por um pseudo “reaquecimento da economia”, mas por arrecadação extra, que não ocorreu em 2017, como o mais recente Refis - programa de parcelamento de dívidas de pessoas físicas e empresas com a União -, que injetou no caixa do governo federal R\$ 7,93 bilhões em janeiro.

Além disso, houve o aumento da tributação de PIS/Cofins sobre combustíveis que injetou mais R\$ 2,49 bilhões.

O jogo diversionista e demagógico de um governo insepulto

MARCO ANTONIO CAMPANELLA (*)

A intervenção do governo Temer na segurança pública do Rio de Janeiro teve o condão de tentar ocultar a derrocada iminente da mudança constitucional urdida no Planalto e enredada no Congresso Nacional, tão somente para assaltar as aposentadorias e pensões dos trabalhadores brasileiros, públicos e privados, urbanos e rurais, ou seja, rigorosamente, todos os que vivem de sua força de trabalho.

Do ato, algumas conclusões são inevitáveis. Primeiro, se o critério para o uso disfuncional das Forças Armadas recaísse sobre a ou as unidades federativas que ostentam os piores índices de violência, o Rio teria que esperar ainda na fila, pois, pelas últimas estatísticas, a Cidade Maravilhosa encontra-se na décima posição em criminalidade, em que pese a situação de penúria de suas polícias, Civil e Militar, resultante da ausência dos investimentos federais e estaduais e do roubo institucionalizado e generalizado sob os auspícios dos áulicos do PMDB.

Segundo, as forças de segurança locais não se tornarão, mesmo subordinadas ao comando militar, da noite para o dia, aptas para agir com a eficiência necessária em situações graves como as verificadas no Rio. Tudo indica que os cofres do governo federal para recompor o quadro de precarização humana e sucateamento material a que chegaram continuarão blindados pelo sr. Meirelles.

Terceiro, as Forças Armadas não estarão dispostas a desenvolver ações que coloquem em risco a integridade de seus membros, muito menos a imagem que ostentam perante a sociedade brasileira.

O fato é que o fenômeno que se verifica no Rio, como em outras metrópoles brasileiras, é um velho conhecido desde que os últimos (des)governos primaram por atrofiar o Estado em todos os seus planos e dimensões. O crime organizado, cevado pelo narcotráfico e o tráfico de armas, entre outros, cresceu em meio a comunidades mergulhadas em profunda miséria material, às quais dispendeu alguns gestos de generosidade em troca de proteção. A ação estritamente policial, comprometida pelo descaço e abandono desses profissionais, já havia esgotado sua capacidade de reverter a situação, principalmente depois que as famílias começaram a chorar, como nunca, os seus mortos.

A intervenção, portanto, é rigorosamente inócua. A opção por jogar os militares na fogueira só fez transbordar ainda mais o fracasso do governo e de sua base aliada na votação da nefanda “reforma” previdenciária.

Demagogia e diversionismo, foi o que não faltou no decreto presidencial, corroborado pela venalidade parlamentar. Serviu apenas para suspender a votação de emendas constitucionais cuja aprovação tornara-se improvável diante da crescente degradação do apoio parlamentar na medida em que as eleições se aproximam.

Quanto à economia, bem, esta continua no fundo do poço, agora agravada pelo aviltamento da renda e das condições de trabalho consagrado no desmonte da CLT. O próprio IBGE confirmou esta semana que, enquanto as carteiras de trabalho são incineradas aos borbotões e, com elas, direitos fundamentais, sob Temer, só a informalidade cresce. E o lucro dos bancos e monopólios, é óbvio!

Certamente, outros episódios virão para cavar ainda mais o buraco de um governo insepulto para o Brasil e os brasileiros.

(*) *Jornalista e correspondente em Brasília.*

PPL formaliza o apoio a Márcio França ao governo de SP nesta segunda-feira

O Partido Pátria Livre (PPL) decidiu apoiar o pré-candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Márcio França, ao governo de São Paulo. A formalização da aliança entre os dois partidos acontecerá em ato marcado para o próximo dia 5 de março, segunda-feira, às 9 horas da manhã, no auditório do Hotel Jaraguá, na rua Martins Fontes, 71, na região central da capital paulista.

Márcio França foi um dos principais apoiadores da candidatura de Eduardo Campos à Presidência da República em 2014. O Partido Pátria Livre também foi uma das forças políticas que se uniram ao empolgante movimento que pretendia levar Eduardo Campos ao Palácio do Planalto. Agora, mais uma vez PPL e PSB se unem na empreitada de levar Márcio para o Bandeirantes.

“Nós do Partido Pátria Livre estamos caminhando junto com

o Partido Socialista Brasileiro na eleição de Márcio França ao governo de São Paulo”, afirmou Miguel Manso, presidente do PPL do Estado. Márcio França já foi prefeito, deputado federal e agora é vice governador. Tem experiência administrativa e trajetória política ao lado do povo e de quem quer mudar e desenvolver nosso estado”, acrescentou o dirigente do PPL.

Miguel destaca a importância desta unidade num momento de “profunda crise em que os partidos da Lava Jato mergulharam o Brasil, com graves consequências para o Estado de São Paulo, no desemprego, na desindustrialização, no empobrecimento da população, no sucateamento dos serviços públicos, na falta de segurança e na violência”.

Segundo ele, “o PPL segue na luta pela construção de um caminho diferente e com pessoas que tenham capacidade de resistir e mudar os rumos do Brasil e de São Paulo”. Para o presidente do PPL de São Paulo, Márcio França “é o homem certo para governar e mobilizar São Paulo, para ajudar o Brasil a sair da corrupção, da recessão, do arrocho, da falta de democracia, no rumo do desenvolvimento e da participação popular”.



Vice-governador

Para PGR, Temer pode, sim, ser investigado por crime de 2014

Pedro Ladeira/Folhapress



Temer durante campanha eleitoral como vice de Dilma Rousseff

Texto de João Vaccari é apresentado pela defesa como “prova” da inocência de Lula

A defesa de Lula, no recurso (“embargo declaratório”) que fez ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), apresentou, para supostamente desmentir o depoimento do presidente da OAS, José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como Léo Pinheiro, uma declaração manuscrita de João Vaccari, ex-tesoureiro do PT, preso em Curitiba e condenado, até agora, a 41 anos de cadeia por corrupção passiva, lavagem de dinheiro ilícito e associação criminosa.

Trata-se, evidentemente, de uma testemunha muito idônea. Porém, o mais esquisito – e sintomático – não é que só reste a Lula, como testemunha, o presidiário

João Vaccari Neto, exatamente aquele que, na Bancoop, guardava o seu triplex em Guarujá – e que depois passou o imóvel para o nome da OAS. O mais estranho, como registrou o desembargador João Pedro Gebran Neto, em seu voto durante o julgamento de Lula no TRF4, é que a defesa de Lula não apresentou Vaccari como testemunha, durante o processo, para contraditar o depoimento de Léo Pinheiro. Como escreveu o desembargador:

“O depoimento de Léo Pinheiro a respeito da referida reunião para as tratativas de pendências é esclarecedor. Por outro lado, João Vaccari Neto não prestou depoimento como testemunha (...).

Barroso para Gilmar: não vivo para ofender as pessoas

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), rebateu, na quarta-feira (28), as declarações ofensivas de Gilmar Mendes.

No dia anterior, Gilmar Mendes, falando em defesa de Michel Temer, disse que Barroso “fala pelos cotovelos” e que

“antecipa julgamento”. Gilmar disse ainda que Barroso precisaria “suspender a própria língua”.

Procurado pelo blog de Andréa Sadi, do G1, Barroso respondeu: “*Já mais antecipei julgamento. Nem falo sobre política. Eu vivo para o bem e para aprimorar as instituições. Sou um*

juiz independente, que quer ajudar a construir um país melhor e maior. Acho que o Direito deve ser igual para ricos e para pobres, e não é feito para proteger amigos e perseguir inimigos. Não frequento palácios, não troco mensagens amistosas com réus e não vivo para ofender as pessoas”.

No entanto, agora, que Lula foi condenado a 12 anos e 1 mês de cadeia (mais as multas e à devolução do que roubou), a defesa de Lula apresenta um manuscrito de Vaccari. **Leia a matéria completa e o fac-símile do texto de Vaccari no site: www.tribunafp.org.br**

Rede e movimento de Huck fazem acordo para 2018

A Rede Sustentabilidade, da ex-senadora e pré-candidata à presidência da República Marina Silva, fechou um acordo político com o movimento Agora!, apoiado pelo apresentador

de TV, Luciano Huck. A ideia é que integrantes do movimento sejam candidatos pela legenda nas eleições de outubro.

Uma carta de compromisso foi assinada na

terça-feira (27), durante cerimônia com a presença dos porta-vozes do partido, Marina Silva e José Gustavo, e do coordenador nacional do movimento, Leandro Machado.

Monopólios estrangeiros só querem sangrar nosso país, diz João Vicente

O ex-deputado João Vicente Goulart, filho do ex-presidente Jango, e pré-candidato a presidente da República pelo Partido Pátria Livre (PPL), esteve em Salvador na terça-feira (27) cumprindo extensa agenda política. Em palestra na sede da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, para um auditório lotado, ele disse que está retomando a luta do seu pai. “Queremos uma pátria livre e desenvolvida e vamos lutar por ela”, garantiu o pré-candidato. “Mais do que isso”, disse João, “estamos retomando não só a luta de meu pai, mas também a luta de todos os que deram a vida pela volta da democracia”.

“O golpe de 1964 não foi dado apenas contra um presidente eleito pelo povo, ele foi dado contra um projeto de nação. Um projeto que já enfrentava os problemas causados pela atuação do grande capital internacional, que nos espolia. Naquela época nós já sabíamos os problemas causados pela sangria que os monopólios e cartéis estrangeiros impõem ao nosso país. Eles só querem levar as nossas riquezas minerais, nossas matérias primas e o nosso patrimônio público”, denunciou o pré-candidato.

“A proposta de reforma agrária de João

Goulart, com a ideia de entregar os títulos de propriedade da terra para o trabalhador rural, criaria condições para o desenvolvimento da produção e da expansão do mercado interno brasileiro”, observou João Vicente. “Com isso, a indústria brasileira poderia fornecer 10 milhões de tratores, 10 milhões de geladeiras e outros produtos, conquistando assim a sua independência econômica em relação ao capital estrangeiro”, prosseguiu o líder do PPL.

Estavam presentes ao debate com João Vicente cerca de 150 lideranças políticas de 22 cidades baianas. O presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado, Marcos Maurício, pré-candidato a governador pelo PPL, apresentou suas ideias sobre como a Bahia deve

se desenvolver e disse que João Vicente “traz do berço uma referência de trajetória política”. “O João vai honrar a história de seu pai”, disse ele. “Vivemos um faz de conta, um governo das propagandas, dos superfaturamentos e das obras fantasma”, completou Marcos Maurício.

Com Mário Kertész Depois da palestra, do almoço com lideranças políticas e das reuniões com candidatos a deputado, a senador, etc, João Vicente participou do programa de entrevistas do ex-prefeito Mário Kertész, um dos programas de maior audiência da Bahia, e falou sobre seus planos para tirar o Brasil da crise. O pré-candidato afirmou que vai retomar o fio da história da luta de seu pai por um país desenvolvido, independente e justo. Ler mais no site www.horadopovo.org.br

Fotos: Divulgação



João Vicente no ato e com Mário Kertész

Procuradora-geral pediu ao STF para incluí-lo

A procuradora geral da República, Raquel Dodge, requereu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que Temer seja incluído na investigação da propina de R\$ 10 milhões, da Odebrecht para a cúpula do PMDB, em 2014.

Em uma entrevista radiofônica na quarta-feira, perguntada sobre o pedido da procuradora, Temer disse que “não vou tolerar que minha atuação seja ligada à corrupção. As denúncias são pífias”.

Por que será que Temer está cada vez mais parecido com Lula? Ou, se o leitor preferir, por que será que Lula está cada vez mais parecido com Temer? (A ordem dos corruptos não altera o roubo – nem o cinismo.)

Não existe nenhuma “atuação” de Temer que não seja “ligada” à corrupção. Para ser preciso, não existe nada na vida política de Temer que não seja corrupto. Todo mundo sabe disso, há muito. A quantidade de casos (JBS, Rodrimar, Odebrecht, etc., etc.) em que foi descoberta sua mão de gato, quer dizer, gatuno, é, até agora, uma pequena amostra.

Isso é de tal forma verdadeiro que, ao escrever (ou ler) sobre um caso específico – esse a que a procuradora geral aludia agora, por exemplo – sempre fica a sensação de que se está omitindo muitos outros casos criminais de Temer. O que não deixa de ser verdade, mas seria preciso uma enciclopédia da roubalheira para falar de todos – e nós somos apenas um jornal.

No entanto, Temer acha que pode, assim como Lula, desrespeitar a inteligência das pessoas, com proclamações de honestidade...

ODEBRECHT

Em sua solicitação, a procuradora argumentou que o dispositivo constitucional que veda que o presidente da República, no exercício do cargo, seja responsabilizado por coisas que não aconteceram durante seu mandato, não impede que ele seja investigado.

Disse Raquel Dodge, “o Presidente pode ser investigado por atos estranhos ao exercício de suas funções, mas não poderá ser responsabilizado em ação penal enquanto durar seu mandato”.

No caso da propina da Odebrecht, no governo Dilma, Temer era vice-presidente da República.

“A investigação criminal deve ser o mais próxima possível do tempo da suposta prática criminosa, sob pena de perecimento das provas”, escreveu a procuradora. “Há inúmeros exemplos de situações indesejáveis que podem ser causadas pelo decurso do tempo, como o esquecimento dos fatos pelas testemunhas, o descarte de registros, a eliminação de filmagens, entre outros”.

A propina de R\$ 10 milhões para Temer, Cunha, Padilha, Moreira Franco e outras figuras era um pagamento pela ação de Eliseu Padilha e Moreira Franco na Secretaria de Aviação Civil, onde, em conluio com Temer e Cunha, entregaram o aeroporto do Galeão a um “consórcio” formado por uma empresa de Singapura e pela Odebrecht.

Cláudio Melo Filho, diretor de relações institucionais da Odebrecht (ou seja, chefe do departamento de lobby), relatou ao Ministério Público Federal que “estive com Michel Temer em um jantar no Jaburu, oportunidade em que ele solicitou a Marcelo Odebrecht pagamento ao PMDB”.

Cláudio Melo Filho acrescenta que “o jantar ocorreu possivelmente no dia 28 de maio de 2014, para o qual fui no carro da empresa (Toyota Corolla cinza – Placas dos carros da empresa:

JIZ 0228, PAZ 4158 e PAZ 4159), conduzido [pelo motorista] por Carlos Eduardo. Há chamada telefônica destinada ao celular de Eliseu Padilha, às 20h16min no dia de realização do jantar.

“Chegamos no Palácio do Jaburu e fomos recebidos por Eliseu Padilha. (...) ficamos conversando amenidades em uma sala à direita de quem entra na residência pela entrada principal. (...) Após a chegada de Michel Temer, sentamos na varanda em cadeiras de couro preto, com estrutura de alumínio.

“No jantar, acredito que considerando a importância do PMDB e a condição de possuir o Vice-Presidente da República como Presidente do referido partido político, Marcelo Odebrecht definiu que seria feito pagamento no valor de R\$ 10.000.000,00.

“Do total de R\$ 10 milhões prometido por Marcelo Odebrecht em atendimento ao pedido de Michel Temer, Eliseu Padilha ficou responsável por receber e alocar R\$ 4.000.000,00. Compreendi que os outros R\$ 6.000.000,00, por decisão de Marcelo Odebrecht, seriam alocados para o Sr. Paulo Skaff.

“Na parte que me foi designada, pedi a José Filho [José Carvalho Filho: executivo da Odebrecht que atuava como auxiliar de Cláudio Melo Filho] que mantivesse contatos com Eliseu Padilha para alinhamento da forma de pagamento.

“Além disso, mantive contatos telefônicos com Eliseu Padilha para tratar do assunto.

“Segundo me foi informado por Eliseu Padilha, sei que parte do pagamento foi destinada ao ex-deputado Eduardo Cunha.

“Reforça este entendimento o fato de Eduardo Cunha, à época do repasse financeiro, ter telefonado diretamente a José Filho e, segundo este me relatou à época, reclamou, de forma rude, pois não havia confirmação do pagamento pela área de operações estruturadas [o departamento de propina da Odebrecht]. O valor aproximado foi de R\$ 1,0 milhão.

“Após José Filho me relatar o ocorrido, transmiti a reclamação de Eduardo Cunha a Hilberto Silva [chefe da área de operações estruturadas da Odebrecht]. Da mesma forma, procurei Eduardo Cunha para acalmá-lo (...).

“Esses pagamentos foram realizados via Eliseu Padilha, preposto de Temer, sendo que um dos endereços de entrega foi o escritório de advocacia do Sr. José Yunes, hoje Assessor Especial da Presidência da República”.

José Yunes, posteriormente, revelou que o operador Lúcio Funaro entregou um pacote em seu escritório em São Paulo, a pedido de Eliseu Padilha. Funaro, depois de, inicialmente, negar a entrega, acabou por confirmá-la - e disse que Yunes sabia que no pacote estava R\$ 1 milhão.

Marcelo Odebrecht, em seu depoimento ao ministro Herman Benjamin, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), confirmou o relato de Cláudio Melo Filho:

“... o Cláudio [Melo Filho] me veio com essa história de uma doação para o grupo do Temer - que o Temer teria que apoiar alguns candidatos, tá? - da ordem de dez milhões. (...) aí Cláudio marcou esse jantar, estavam eu, o Cláudio Melo, o Temer e Eliseu Padilha. (...) já no final do jantar, e aí eu, Cláudio e Padilha firmamos: “Oh, tá bom, então. Vai ser doado dez, conforme você já acertou com o Cláudio, Padilha; e, desses dez, seis milhões eu vou direcionar para a campanha do Paulo, que ele me pediu, e vocês ficam com quatro para direcionar para os candidatos que vocês quiserem” ([v vídeo](#)).

CARLOS LOPES

PSB faz congresso para definir um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil

O 14º Congresso Nacional do PSB, que ocorre desde esta quinta-feira (1) no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília, termina sábado (3) com a eleição dos novos membros do diretório e da executiva nacional. O atual presidente nacional do partido, Carlos Siqueira, deve ser reconduzido ao cargo.

A reeleição do dirigente foi costurada com o apoio do vice-governador de São Paulo, Márcio França, que concorrerá ao governo do Estado. O evento não se posicio-

nará oficialmente sobre candidatura presidencial, mas sacramenta-se que os socialistas defenderão o campo de centro-esquerda.

Após a discussão de assuntos estratégicos para o país, os delegados devem aprovar um conjunto de resoluções relacionadas a temas como a definição de um projeto nacional de desenvolvimento, com ênfase em política econômica e social; novas tecnologias e mecanismos de participação popular; economia criativa como estratégia de desenvolvimento; e as eleições de 2018.

Governo Jatene sabia do risco de vazamento da Hydro desde 2016

Governador fez coro com presidente da multinacional norueguesa, Svein Brandtzaege e disse que a culpa por vazamento nas chuvas que atingiram o estado

O ex-secretário estadual de Meio Ambiente do Pará, Luiz Fernandes, sabia, a quase dois anos, dos riscos de vazamento de rejeitos de bauxita da norueguesa Hydro Alunorte, no município de Barcarena. Segundo o advogado, Ismael Moraes, em abril de 2016 ele encontrou o então secretário durante uma audiência pública, em Belém, onde iniciaram conversas sobre o assunto.

“Naquele dia, alertei pessoalmente ao secretário da poluição que a Hydro vinha causando em Barcarena, bem como dos riscos de uma contaminação maior, inclusive de vazamentos de resíduos, caso não fosse tomada nenhuma providência”, afirma Moraes, destacando que na época já era perceptível a poluição da água e do ar.

Segundo Ismael, ele e Fernandes continuaram trocando mensagens após o encontro, mas nada foi feito. Em novembro do ano passado, Moraes decidiu entrar com uma ação judicial pedindo a suspensão e o cancelamento das licenças ambientais da Hydro, e exigindo a recuperação florestal ao redor dos mananciais.

O processo tramitava na 9ª Vara Federal Ambiental e Agrária e foi remetido para a Justiça Estadual, na última sexta-feira (24), porque o juiz alegou impedimento na análise por se tratar de competência do Estado.

Moraes destaca também que a bacia de rejeitos da Hydro está construída em uma área de reserva ambiental, prevista no Decreto Estadual nº 1064/77, o mesmo que criou o Distrito Industrial de Barcarena. Mesmo sendo uma área de proteção ambiental, a mineradora obteve uma “autorização de testes” da Semas, de acordo com o Ministério Público Federal (MPF). “Ao todo, 105 comunidades já estão contaminadas há anos e pelo menos sete delas correm o risco de serem soterradas com lama vermelha”, alerta o advogado.

NAO SEI O governador do estado, Simão Jatene, assim como Luiz Fernandes, são acusados pelos moradores da região de serem coniventes e ajudarem a encobrir os abusos da Hydro.

Após as diversas denúncias da população de transbordamento de lama tóxica da barragem, no dia 17, a Semas (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade) fiscalizou a barragem de rejeitos da mineradora e afirmou não haver nenhum indicio de vazamento. O governador Simão Jatene (PSDB), endossou o aparece publicamente, defendendo a Hydro e culpando as chuvas pela poluição.

“Vale ressaltar que no mês de fevereiro choveu 696mm e, no período de 16 à 22 de fevereiro,

453mm. O que isso significa? Significa que choveu bem mais que a média para o período nos últimos 30 anos, que foi de 370”, finalizou Simão Jatene, desviando a atenção sobre a responsabilidade ambiental da empresa norueguesa no acidente.

Em seguida foram desmentidos pelo laudo do Instituto Evandro Chagas que comprovou a contaminação dos mananciais por metais pesados, alguns com concentração até 25 vezes superior ao permitido por lei. O MPF e o MPPA recomendaram a suspensão imediata das atividades da mineradora, e só então o governo estadual resolveu se posicionar determinando que a Hydro reduzisse em 50% sua produção.

A redução, no entanto, não foi cumprida pela mineradora, que continua negando o vazamento. O presidente mundial da Norsk Hydro, Svein Brandtzaege, afirmou, em entrevista ao jornal “Valor Econômico” na última quarta (28), que não existem razões para acreditar que a contaminação foi causada pela Hydro. Segundo ele, “o instituto coletou amostras em vilas fora da fábrica e encontraram níveis elevados de substâncias específicas, incluindo algumas que não estão nem presentes na Alunorte. Não temos razão para acreditar que tenha havido vazamento do depósito de resíduos de bauxita na Alunorte. Assim, criamos uma força-tarefa de especialistas para liderar a revisão total da Alunorte - e eles respondem diretamente a mim - para identificar potenciais de melhora que nos permitam desenvolver e melhorar. Eles vão também analisar os resultados de testes para entendê-los melhor”.

A Hydro Alunorte recebeu do governador do Pará incentivos fiscais de R\$ 7,5 bilhões até 2030, através de isenção de ICMS da energia elétrica.

ACAMPAMENTO Moradores da região de Barcarena montaram um acampamento em frente à sede da Hydro para denunciar o crime ambiental. Centenas de moradores amanheceram nesta quarta-feira (28) protestaram contras os danos causados pelo vazamento da bacia de rejeitos da empresa.

Com uma série de faixas e cartazes, a população das comunidades atingidas pediu o fim das atividades da empresa na região, além de criticar a falta de atuação do Governo do Estado, que consideram coniventes com os danos ambientais causados pela empresa.

Além de moradores, trabalhadores da própria empresa e representantes de sindicatos da região também participam do ato, que ocorre pacificamente, sem o bloqueio da via. Pelo menos duas viaturas da Polícia Militar acompanham o protesto.



Theotônio dos Santos falece vítima do câncer

O economista e cientista social Theotônio dos Santos, um dos principais formuladores da teoria marxista da dependência, faleceu aos 81 anos, vítima de um câncer no pâncreas, nesta terça-feira (27).

O economista publicou dezenas de obras em muitos países sobre a relação entre capitalismo, desenvolvimento, dependência e imperialismo. Theotônio foi um dos mais influentes pensadores latino-americanos da história recente.

Ele também ocupou o posto de coordenador da cátedra Unesco em Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, foi professor emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

“Theotônio é um dos grandes cientistas sociais da América Latina. Intelectual descolonizado, ajudou a construir a teoria marxista da dependência, referência mundial na interpretação do capitalismo dependente e da transição ao socialismo em nosso continente”, afirmou o economista Nildo Ouriques, candidato a presidente da República pelo PSol e amigo longa data de Theotônio.

Leia mais em www.horadopovo.org.br



Vazamento inundou a região de Barcarena, inclusive a sede da multinacional

Trabalhadores impedem a audiência sobre privatização da Ceal/Eletrobrás

A audiência realizada pelo governo Temer para tratar da privatização da Companhia de Distribuição Alagoas (CEAL), subsidiária da Eletrobrás foi suspensa nesta terça-feira (27) após a mobilização de trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais em defesa da estatal. O governo pretende entregar as distribuidoras da Eletrobrás no Nordeste e Norte do país no processo de desmonte da estatal.

Os trabalhadores denunciaram a dificuldade de conseguir acessar o evento, que deveria ser público e aberto a todos. Desde as 6h da manhã, uma forte aglomeração policial intimidou a presença das pessoas que vinham chegando. A cavalaria e viaturas fecharam todos os caminhos, impedindo o livre acesso de quem desejava participar da audiência. “A população se viu impedida de participar, pois foi montado um aparato de guerra, inibindo a livre manifestação do povo”,



Trabalhadores conseguiram entrar na audiência que estava sendo realizada sob aparato policial

denunciaram. Mesmo assim, os manifestantes conseguiram entrar na audiência, convocada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e após muita discussão, a organização suspendeu a continuidade do evento. As falas daqueles que conseguiram entrar no auditório foram todas no sentido de que a Eletrobrás permaneça pública. Em coro, os presentes deixaram claro que a CEAL é do povo alagoano e não deve ser privatizada.

O presidente do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas, Nestor Powell,

comemorou a vitória da classe trabalhadora e, ressaltou que esse é só o começo da luta em defesa da CEAL no estado. A diretora do sindicato, Dafne Orion questionou o valor de venda estipulado. “E dessa forma que o governo pretende discutir a venda do setor elétrico do país e mais especificamente da Eletrobras distribuição Alagoas, que hoje ele diz que vale R\$ 50 mil, dinheiro que você não compra nem um terreninho, quanto mais uma empresa que distribui energia para todo o Estado”.

Mesmo na cadeia, quadrilha de Picciani recebe salários da Alerj

Presos desde novembro passado, fruto da Operação Lava Jato, no Rio de Janeiro, os deputados estaduais do PMDB, Jorge Picciani (presidente da Assembleia), Edson Albertassi (ex-líder governista) e Paulo Melo continuam recebendo da Assembleia Legislativa (Alerj) salário de R\$ 25,3 mil, cada um, segundo o Portal da Transparência da Casa.

A quadrilha é sustentada com dinheiro público e os salários dos deputados corruptos presos, pagos pelo suor do trabalhador fluminense. Além desse descalabro, cada um deles mantém 20 assessores em seus gabinetes na Alerj, com os vencimentos em dia, diferente do que acontece com os servidores públicos do Estado, com salários parcelados e atrasados desde o ano passado.

Somados, os vencimentos da quadrilha e seus assessores podem chegar a R\$ 556 mil a cada mês, além de benefícios, como carro oficial. Isso representa gasto de R\$ 1,7 milhão dos cofres públicos com os gabinetes e os salários dos três deputados nos três meses em que estão presos.

Os deputados foram presos por prática de corrupção, associação criminosa, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), eles usavam seus postos na Alerj manter um caixa de propina destinada à compra de decisões para o setor como o de transporte público e da construção. Os três fazem parte da organização integrada pelo ex-governador Sérgio Cabral, que atua de maneira ininterrupta desde 1990, segundo o MPF.

A organização roubava recursos federais e estaduais, além de repasses da Petranspor, que controla o setor de transporte público no RJ, além de orquestrar a compra e venda de projetos de lei, como o que foi apontado em um e-mail que a Odebrecht enviou a Picciani, contendo uma proposta de projeto de isenção fiscal para a empreiteira. O documento foi aprovado na íntegra pela Alerj.

TCE No Tribunal de Contas do Rio de Janeiro a situação é a mesma. Em consequência da Operação Quinto do Ouro, em abril de 2017 seis dos sete conselheiros do órgão foram afastados por ordem do Superior Tribunal de Justiça. O afastamento está mantido até hoje, e o salários deles também.

Rosa Weber proíbe que governo confisque R\$ 6 bilhões das contas de Minas Gerais

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, determinou, na noite da última terça-feira (27), a suspensão no bloqueio das contas de Minas Gerais pela União.

A ministra determinou ainda que o governo federal devolva ao Estado o valor de R\$ 122 milhões, valor este que havia sido transferido para o Tesouro Nacional.

O governo federal havia determinado o bloqueio no valor de R\$ 6 bilhões para pagar parcelas da dívida do Estado com a União. E já nesta

segunda-feira, já foram retirados das contas mineiras R\$ 122 milhões, zerando as contas mineiras e impedindo o pagamento dos servidores públicos dos três poderes.

Segundo a determinação federal, o bloqueio seria de dinheiro que Minas está devendo à União desde o segundo semestre do ano passado, quando uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os pagamentos.

Em nota, a Advocacia Geral do Estado (AGE) afirmou que o bloqueio “prejudica, diante da notó-

ria situação de calamidade das finanças públicas, o compromisso do Estado de pagamento da folha de pessoal do Poder Executivo, bem como o repasse dos recursos necessários aos demais Poderes para honrarem as respectivas folhas de pagamento do mês em curso”.

A ministra concedeu à União o prazo de 30 dias para contestar a ação e ordenou a suspensão imediata da inscrição do estado de Minas Gerais nos cadastros restritivos federais, tais como o CAUC/Cadin.

CARTAS
horadopovo@horadopovo.com.br

Perspectivas

Ausente a bastante tempo destas patrióticas, honestas e justas páginas deste inigualável jornal, atrevo-me a manifestar a minha opinião sobre a candidatura do nosso querido João Vicente Goulart à Presidência. (um adendo): No ato da aprovação da filiação de João Vicente e seu filho, como filiados do PPL, em São Paulo, ouvi vários discursos sobre os recém filiados todos elogiosos como não poderia deixar de ser. Ouvi vozes esparsas falando na possível candidatura de João Vicente à presidência. Refleti, na ocasião: “é meio cedo em pensar nisso, pois nem sabemos, o que João Vicente pensa da política brasileira”. Este pensamento me ocorreu durante os discursos elogiosos a ele. Ai chegou a hora de João Vicente falar... Quando terminou, percebi que João Vicente conhecia todos os problemas brasileiros. Ai falei comigo mesmo “ele tem plena capacidade de exercer o cargo de presidente, sem nenhuma dúvida”. Leio pelo HP que ele é um dos possíveis candidatos do PPL à presidência pelo partido. Apesar de achá-lo ótimo candidato pelo partido, acho melhor lançá-lo mais tarde, e em vez disso lançá-lo como deputado federal pelo partido. E por quê? Porque nessa eleição majoritária corre o risco de não vencer. Ai ficaria 4 anos no ostracismo. Mas, como deputado levaria consigo imensa legião de partidários, teria oportunidade de se consagrar politicamente, pois qualidades não lhe faltam. Ganharia tempo para o partido no horário gratuito com a força que o PPL adquiriria. Isto é o que penso. E convindo o HP a fazer uma análise do que escrevi. Saudações, Valentim Valente – por correio eletrônico

Poderes

O poder público tem o dever de manter a ordem e a cultura da Paz em qualquer lugar, mas, antes de jogar soldados do exército nas comunidades de altos índices de criminalidade, deve também, intervir com mais saúde, mais educação, mais infra-estrutura, cultura e lazer a estas comunidades de periferia e moradias, onde proliferam, igualmente a violência, a falta de dignidade de moradia e bem estar social. Ação social também é sinônimo de respeito e cidadania as pessoas de menor, ou quase nenhum poder aquisitivo e econômico, que mesmo, morando próximo a bairros luxuosos e pontos turísticos da cidade do Rio, sofrem com falta de ação social do poder público, como se morassem num sertão de estado máximo de miserabilidade, onde a desigualdade social impera neste país onde a roubalheira política e a corrupção são também males que atingem os mais pobres. É preciso também intervir numa polícia que mais pratica corrupção, do que protege o cidadão, e isto não é “privilegio” da cidade do Rio de Janeiro não, é espécie de regra do crime e da corrupção em todos estados da federação!

Célio Borba - Curitiba, PR

Anac inicia cancelamento da concessão de Viracopos

Privatizado em fevereiro de 2012, durante o primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), vai de mal a pior. O teto já desabou, as obras não foram entregues e com outorgas atrasadas, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) instaurou processo de extinção do contrato de concessão da Aeroportos Brasil Viracopos S.A., operadora do Aeroporto.

A informação foi divulgada nesta terça-feira (27), pela Anac, mas o processo está em curso desde o dia 9. Segundo a agência o processo pretende “apurar descumprimentos de obrigações previstas no contrato de concessão pela concessionária”, que pode culminar na declaração de caducidade do contrato.

A Aeroportos Brasil Viracopos S.A não realizou o pagamento de uma parcela do contrato de concessão de R\$ 160 milhões em taxas. A Anac disse que a concessionária já foi oficiada e que terá 60 dias para apresentar a defesa, a contar da data de notificação.

A concessionária deixou de depositar as parcelas de 2017 e de 2016 da outorga. No ano passado, a Anac executou uma garantia, um seguro obrigatório, da parcela de 2016. Cada parcela fixa anual da outorga de Viracopos é de R\$ 169,2 milhões (mais juros calculados mensalmente).

No dia 20 de fevereiro, a Anac confirmou uma multa de pelo menos R\$ 60 milhões contra a ‘Aeroportos Brasil’ pela entrega das obras de pátio, estacionamento e terminal de passageiros fora do prazo fixado em contrato.

Essas obras deveriam ter ficado prontas até 11 de maio de 2014, ou seja, antes da Copa daquele ano, que aconteceu no Brasil, mas só foram completamente entregues em 2016. Além da multa de R\$ 60 milhões, a agência ainda aplicará uma multa por dia de atraso de cada uma das obras. Sem conseguir honrar seus pagamentos, realizar as obras e investimentos acordados no contrato de concessão ficou claro qual é a eficiência da gestão privada dos bens públicos.

Edemagogia era tanta que, ao comentar os leilões dos três aeroportos (Guarulhos, Viracopos e Juscelino Kubitschek), durante cerimônia em Brasília, a então presidente Dilma disse: “No governo é assim: termina uma etapa e começa outra. Agora é fazer com que isso funcione, ou seja, administração eficiente dos três aeroportos”.

Estamos vendo...

MAÍRA CAMPOS



Em defesa de reajuste e valorização Servidores apresentam pauta de reivindicações ao governo

Representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais (Fonasefe) e do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) entregaram ao Ministério do Planejamento ofício com as reivindicações da campanha salarial do funcionalismo.

Os servidores reivindicam correção salarial pelo índice do DIEESE, de 25,63%, para repor as perdas salariais acumuladas ao longo dos anos sem reajuste, além do cumprimento de todos os acordos firmados em 2015, ignorados pelo governo desde então.

No centro das demandas está a cobrança pela revogação da famigerada Emenda Constitucional (EC) 95/16, que congela investimentos públicos pelos próximos vinte anos, a revogação da reforma trabalhista e a reitteração contra a reforma da Previdência.

Segundo o texto entregue pelos servidores, é preciso negociar este ano os próximos reajustes, tendo em vista que o orçamento da União é definido no ano anterior e “enseja, portanto, a necessidade de que as negociações salariais para 2019 sejam discutidas e acertadas em 2018, caracterizando descaso governamental e patente descumprimento por parte do governo federal a não abertura de negociações com as entidades representativas dos trabalhadores do serviço público federal”.

A categoria busca reforçar a unidade em torno da pauta específica dos federais e das pautas que unificam toda classe trabalhadora. “A luta de um é a luta de todos”, resume Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef. “Nós e nossas filiadas seguiremos nessa trincheira lutando por nossos direitos e avanços necessários para que o Brasil se veja livre da crise profunda em que foi mergulhado”, defende.

Médicos denunciam OS por atrasar salários há 5 meses

O Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP) denunciou o atraso de parte do pagamento de médicos de Pirapora do Bom Jesus, na região metropolitana de São Paulo, por parte de uma Organização Social (OS). Os médicos plantonistas da unidade de saúde Benedito Zeferino da Silva, gerida pelo Grupo de Apoio a Medicina Preventiva e à Saúde Pública (GAMP), estão recebendo apenas

metade do salário há cinco meses.

Os médicos decidiram em assembléia reivindicar que o município atue junto à OS para garantir a realização dos próximos pagamentos integralmente e a quitação dos valores pendentes.

O GAMP sofreu denúncias parecidas por parte do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul (SIMERS), em cidades como Canoas e Rio Pardo.



O Grêmio ficou no empate de 1 a 1 Libertadores: Grêmio empata e Cruzeiro perde na estreia

As equipes brasileiras tiveram estreia irregular na fase de grupos da Taça Libertadores da América. O Grêmio ficou no empate em 1 a 1 com o Defensor (Uruguai) e o Cruzeiro caiu ante o Racing (Argentina), 2 x 4.

No estádio Luis Franzini, em Montevideu, o Tricolor gaúcho dominou o jogo, mas não soube furar a forte retranca da equipe uruguaia. Os gols só saíram na segunda etapa. Aos 35min, Maicon abriu o placar para os brasileiros, mas aos 39min Maulella igualou, após cobrança de escanteio.

Com o empate, Grêmio e Defensor dividem a segunda posição do Grupo 1.

No estádio Presidente Perón, Avellaneda, o Cruzeiro - muito desfalcado e ainda viu o centroavante Fred sair de campo aos 5min de jogo com dores na panturrilha -, não foi páreo para o Racing e foi goleado por 4 a 2. Lautaro Martínez (3) e Solari anotaram para os argentinos e Arrascaeta e Robinho - golaço de falta -, para o Cruzeiro.

Daniel Augusto Jr./Corinthians

Para OAB, ‘não podemos aceitar retrocesso nas leis do trabalho’



Presidente da OAB, Cláudio Lamachia, durante posse do presidente do TST



Empregados em Edifícios do Rio também aprovaram a contribuição

Justiça do Rio atende sindicato e define que fim do imposto sindical é inconstitucional

A 34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro entende o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, promovido pela reforma Trabalhista, como inconstitucional, em decisão tomada na segunda-feira (26) pela juíza Aúrea Regina de Souza Sampaio. A ação civil foi proposta pelo Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro (SATEM-RJ).

Para a magistrada, a contribuição sindical, por ser destinado inicialmente para uma conta especial do Ministério do

Trabalho, tem caráter tributário, e, portanto, não pode ser modificada por Lei Ordinária, mas apenas Lei Complementar.

“A CLT foi criada em 1º de maio de 1943. Em seus quase 75 anos de existência, a CLT sofreu diversas alterações, passou por diferentes regimes, mas nunca sofreu um retrocesso tão radical como na atual reforma trabalhista. Tudo sem a participação dos trabalhadores”, afirmou a juíza.

Uma decisão como esta já havia sido tomada pela 3ª Vara do Trabalho de

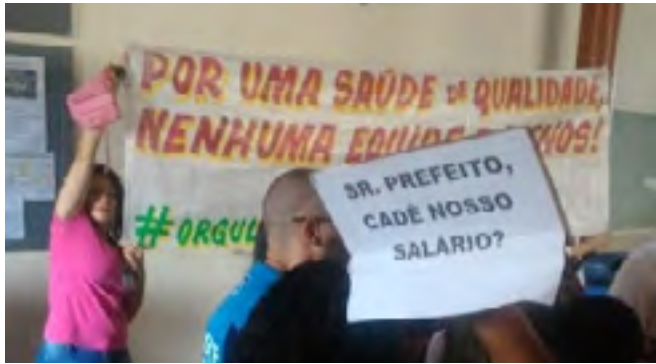
Florianópolis, mas esta foi a primeira no Rio de Janeiro. Para Carlos Henrique de Carvalho, advogado do SATEM-RJ, “é uma vitória. A juíza considerou a Lei nº 13.467/2017 [reforma Trabalhista], que promoveu a alteração da contribuição sindical, inconstitucional e ilegal”, afirmou o advogado.

Por não se tratar de uma ação coletiva ou de uma proposta do Ministério Público, a decisão se aplica apenas aos empregados da empresa demandada.

Médicos e enfermeiros do Rio trabalham com adesivos em protesto contra atraso nos salários

No Rio de Janeiro, médicos e enfermeiros do atendimento básico de saúde protestam contra o sucateamento da saúde e atraso de salários. Tendo decretado estado de greve, aqueles que são obrigados por lei a continuar trabalhando carregam no peito recado para a população: “Estamos trabalhando sem salário”.

A prefeitura, além de atrasar o repasse de verba para as Organizações Sociais (OSs) que administram parte da saúde da cidade, havia anunciado o fechamento de 11 Clínicas da Família e a demissão de mil funcionários. A partir disso, os trabalhadores de diversas áreas da saúde têm organizado manifestações e decretaram estado de greve contra o desmonte que a saúde do Rio de Janeiro tem sofrido.



O atraso no repasse de verba começou em 2015, e desde então, aconteceu diversas vezes, o que acarretou na redução de medicamentos e demora no pagamento dos salários.

“Até o início de janeiro deste ano, chegou a faltar 70% dos medicamentos. Falta remédio para hipertensão, diabetes e até dipirona”, contou um médico à UOL.

De acordo com Moisés Vieira Nunes, presidente da Associação de Medicina de Família e Comunidade do Estado do Rio de Janeiro (AMFaC-RJ), “cada médico é responsável por uma área com três mil pessoas. Estamos não apenas deixando profissionais sem pagamento, mas penalizando a população mais pobre. Das 1200 equipes de atendimento à saúde básica, 100 estão sem

Vice-governador do RN, Fábio Dantas, anuncia sua pré-candidatura ao governo do estado

O vice-governador do Rio Grande do Norte, Fábio Dantas, anunciou sua pré-candidatura ao governo do Estado. Dantas comunicou sua saída do PCdoB na terça-feira, 27. O destino do vice-governador deverá ser o PSB e o da esposa dele, a deputada estadual Cristiane Dantas, o PPL.

Fábio ainda deve se reunir com o presidente do

PCdoB, Antenor Roberto, para oficializar a desfiliação, mas já avisou que não seguirá com o partido.

Na semana passada, Dantas esteve em São Paulo, convidado pelo presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira. A visita foi acompanhada pelo presidente estadual do partido, Rafael Motta. “O vice-governador Fábio Dantas

recebeu o convite formal por parte da direção nacional do PSB. Assim sendo, o partido no Rio Grande do Norte aguarda a definição do vice-governador para direcionamento da questão”, disse o presidente. Durante sua passagem por São Paulo, Fábio Dantas esteve também com o vice-governador de São Paulo, Márcio França, do PSB.

Presidente da OAB, Cláudio Lamachia, discursou na sessão de posse do novo presidente do TST, João Batista Brito

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cláudio Lamachia, esteve presente na cerimônia de posse da nova direção do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para o biênio 2018/2020, nesta segunda-feira, 26, e proferiu discurso defendendo o fortalecimento da Justiça do Trabalho. A Presidência da Corte estava nas mãos do ministro Ives Gandra Martins Filho, e agora será comandada pelo ministro João Batista Brito Pereira.

Para Lamachia é importante defender a Justiça do Trabalho porque “um dos aspectos mais determinantes do progresso da civilização consiste no estabelecimento de legislações trabalhistas comprometidas com valores de justiça e humanidade. Instituídas como resposta à exploração do homem pelo próprio homem, tais leis representam o triunfo da dignidade sobre a opressão; da equidade sobre a ganância; da consciência social sobre a inconsequência egoísta”.

O debate se deu em torno das mudanças da legislação trabalhista com a chamada “reforma” na CLT, em que esses valores vêm sendo cruelmente atacados. Para Lamachia, “cabe lembrar que estamos em um momento histórico de diluição de importantes valores civilizatórios. Notadamente na seara trabalhista, se por um lado não podemos aceitar estagnação, por outro lado não podemos aceitar retrocessos que possam ferir direitos há muito reconhecidos e incorporados ao patrimônio jurídico dos trabalhadores brasileiros”, apontou.

Nesse sentido, o novo presidente do TST, ministro João Batista Brito Pereira, não chegou a se pronunciar sobre o conteúdo explicito da nova lei trabalhista, porém foi enfático: “Se e quando a lei estiver em conflito com a Constituição, prevalece a Constituição”, defendeu o novo presidente.

O conflito com a Constituição é, desde o início, uma das críticas mais recorrentes à reforma trabalhista aprovada no ano passado. Mesmo estando em vigor apenas desde novembro, já são diversos casos em que a Justiça teve de ser acionada, como as recorrentes demissões em massa, ne-

gociação individual - mais conhecida como pressão do patrão sobre o empregador - ou a categoria de trabalhador “autônomo”. Todas medidas amplamente questionadas com inconstitucionais.

Para Lamachia, “vivemos recentemente o momento mais agudo de uma crise econômica persistente, que fez crescer de maneira substancial o número de demissões e lides trabalhistas”. “Devemos, portanto, fortalecer - e não debilitar - a Justiça do Trabalho, que constitui, ela própria, um direito da cidadania. Por meio da aplicação rigorosa das leis, sempre à luz da Constituição da República, seus servidores reiteram, diariamente, a importância da dignidade humana e da equidade”.

“Esses valores universais devem ser objeto de deferência ainda maior no Brasil, onde o desrespeito aos trabalhadores atingiu o paroxismo com o vergonhoso regime de escravidão, que viveu impunemente por mais de três séculos. Hoje já não se admite tamanha vileza, mas situações análogas ainda existem, devendo ser combatidas de maneira intransigente, com todos os meios legais disponíveis”.

“Para a superação desses obstáculos, têm função primordial as varas e tribunais do Trabalho, bem como a advocacia brasileira - consagrada na Constituição Federal como indispensável à administração da Justiça”, afirmou.

De acordo com o presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Guilherme Feliciano, presente na cerimônia de posse, os últimos meses foram marcados por “muitas tensões entre a Anamatra e a Presidência do TST, por razões diversas, e, principalmente, por diferentes visões de mundo, quanto ao Direito do Trabalho, à Justiça do Trabalho e aos próprios direitos e prerrogativas da Magistratura. Neste interregno, o Direito do Trabalho retrocedeu a olhos vistos. O que a Anamatra espera para o próximo biênio é que o diálogo se intensifique e que as soluções compartilhadas se multipliquem”, afirmou Feliciano.

RJ: Crivella contingenciou 90% da verba de combate às enchentes

O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), congelou 90% do orçamento previsto para combate a enchentes no município. O orçamento da Lei Orçamento Anual (LOA) aprovado pela Câmara de Vereadores previa um gasto de R\$ 115 milhões em programas de combate a enchentes.

Em seu primeiro ano como prefeito, Crivella já havia reduzido em 20% os gastos em relação ao ano anterior. Agora, o contingenciamento foi de R\$ 96,1 milhões. Além disso, cinco dias após uma enchente que matou quatro pessoas, cortou mais R\$ 7,6 milhões, resultando em um orçamento de R\$ 11,9.

Esperando resolver o recorrente problema, o Prefeito disse pretender implementar “bueiros eletrônicos”, os quais teriam sensores que controlariam o lixo. “Porque no fundo, no fundo, o grande problema das nossas enchentes é o lixo em bueiro”, afirmou.

No dia 15, a cidade teve problemas com o temporal, que alagou ruas, destruiu ciclovias, derrubou árvores e deixou regiões sem energia elétrica. De acordo com o Centro de Operações da Prefeitura, em nove horas choveu o equivalente a 75% do esperado para todo o mês de fevereiro. Os alagamentos voltaram a acontecer com chuvas mais recentes.



Agente da Odebrecht no Peru depõe na PF

O ex-diretor da construtora Odebrecht no Peru, Jorge Barata, depôs à Procuradoria da República da 3ª Região, em São Paulo, na terça-feira, 27, como testemunha sobre o pagamento de propinas ao ex-presidente Ollanta Humala.

O depoimento foi um pedido da Procuradoria do Peru, que investiga a extensão do envolvimento da Odebrecht nos casos de corrupção em Lima. Embora o processo esteja sob sigilo determinado pelo relator da Lava-Jato no STF, juiz Edson Fachin, Barata já havia declarado em seu primeiro interrogatório, em janeiro de 2017, ter entregue a Humala US\$ 3 milhões a pedido do Partido dos Trabalhadores (PT) para a campanha de 2011, na qual o político foi eleito presidente do Peru. Os recursos ilícitos, segundo falou então, tinham sido repassados em três ou quatro entregas coordenadas com Nadine Heredia, esposa de Humala. Ele ratificou agora suas declarações.

A Odebrecht, como parte de um acordo judicial, reconheceu pagamento de propina para ganhar obras públicas no Peru entre 2005 e 2014, período que compreende os governos dos ex-presidentes Alejandro Toledo, Alan García e Humala.

Em depoimento a procuradores, o empresário Marcelo Odebrecht também já tinha dito, em meados de 2017, que o grupo que leva o nome de sua família teria repassado US\$ 3 milhões ao candidato à presidência do Peru Ollanta Humala, que comandou o país de 2011 a 2016. O pagamento tinha sido um pedido de Antônio Palocci e liberado pelo Setor de Operações Estruturadas, criado dentro da empresa para pagamento de propina.

No início do ano passado, a Superintendência Nacional de Alfândegas e Administração Tributária do Peru (Sunat) ordenou o embargo de cerca de 200 milhões de soles peruanos (aproximadamente 170 milhões de reais) contra oito empresas brasileiras presentes no país, todas, segundo investigações, envolvidas na Lava-Jato. As informações são do site de jornalismo investigativo peruano, “Ojo Publico”. Só da Odebrecht foram confiscados US\$ 46 milhões (R\$ 147 milhões).

A Odebrecht iniciou suas operações no Peru em 1979 e controla 27 empresas no país — 19 de origem peruana e oito filiais de empresas brasileiras. Este número foi apresentado pelo jornal “Em Comercio” em fevereiro de 2017. O levantamento foi feito em parceria com a Sunat. Essas empresas atuaram em ao menos 52 obras públicas, afirma a publicação. Todas estão sendo investigadas.

Presos políticos de Curuguaty recorrem à Suprema Corte do Paraguai por liberdade e justiça

Uma carta dos camponeses presos políticos de Curuguaty em defesa da sua libertação foi entregue à Suprema Corte de Justiça do Paraguai, em Assunção, por familiares e integrantes do movimento de solidariedade. Condenados a até 35 anos de prisão, Rubén Villalba, Luis Olmedo, Néstor Castro e Arnaldo Quintana, encontram-se na penitenciária de Tacumbú, de onde escreveram o comunicado.

“Nos dirigimos a vocês com o objetivo de expressar-lhes nosso sentimento desde este lugar ao que nos trouxe nossos desejos de um pedaço de terra para cultivar e sustentar-nos como pequenos produtores rurais sem-terra. O massacre que o Estado paraguaio provocou no dia 15 de junho de 2012 é uma injustiça que, há mais de cinco anos de estar privados de liberdade, não matou nosso desejo de alcançar um pedaço de terra para alimentar a nossa família”, afirmam os camponeses.

“Queremos dizer-lhes que sofremos na própria carne as inumeráveis irregularidades do processo, porém para nós, as mais graves foram a perda das filmagens do helicóptero e a não apresentação das radiografias dos falecidos. Através desta carta, queremos fazer uma petição para que se repare o grave dano gerado por estas irregularidades”, acrescenta o comunicado. As filmagens das duas câmeras do helicóptero das forças de segurança desapareceram e as radiografias dos corpos - que comprovariam o assassinato dos 11 camponeses e seis policiais por armas de

grosso calibre – sumiram. Estas provas são essenciais, pois inocentariam os sem-terra.

Diante do festival de irregularidades, os camponeses exortam os magistrados a buscarem “com objetividade a verdade sobre o ocorrido” e reiteram que “somente trabalhando com justiça chegaremos à verdade e seremos livres”.

Apesar da relevância do tema, a matéria só saiu publicada na imprensa paraguaia como matéria paga.

SOLIDARIEDADE

Estudantes e professores da Escola Zacarias Antonio da Silva, em Cotia, na grande São Paulo, realizaram uma noite de debates e solidariedade na última sexta-feira em apoio aos presos políticos paraguaios.

Na oportunidade, foi apresentado o documentário “Desconstruindo Curuguaty”, do Serviço de Paz e Justiça do Paraguai (Serpaj) e lançado o livro “Curuguaty, carnificina para um golpe”, de Leonardo Wexell Severo, redator-especial do HP e observador internacional do caso.

O livro denuncia a participação de franco-atiradores que, “com a digital dos Estados Unidos”, provocaram o conflito entre 324 policiais e menos de 60 camponeses, entre os quais idosos, mulheres e crianças. “Explorando politicamente o rio de sangue, a mídia e setores do legislativo e do judiciário provocaram a queda do presidente Fernando Lugo uma semana depois”, denuncia Severo.



Estudantes da Escola Zacarias Silva, em Cotia, defendem liberdade aos presos

Trabalhadores e empresários repelem acordo UE-Mercosul



Crescem as manifestações contra os Tratados de Livre Comércio (TLC)



Moção aprovada vai para a Comissão de Revisão Constitucional

Parlamento sul-africano aprova redistribuição da terra usurpada

O parlamento sul-africano aprovou a proposta de reforma agrária apresentada por Julius Malema, líder do partido, Lutadores pela Liberdade Econômica, dia 27. A moção de Malema defendeu reaver – sem compensação - as terras usurpadas aos negros durante o apartheid e foi aprovada por 241 votos, contra 83, de um total de 400 deputados. A medida possibilitará alterações na Constituição de forma a permitir as expropriações de terra sem indenização.

“Agora é hora de justiça”, disse Malema ao Parlamento. “Devemos garantir a restauração da dignidade do nosso povo sem compensar os criminosos que roubaram a nossa terra”. Sobre o

assunto, o novo presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, havia se comprometido a devolver para o povo as terras tomadas pelos brancos. “Será dessa forma que daremos acesso equitativo à terra para o povo”.

APARTHEID

A medida busca combater a pobreza estrutural do país, durante o apartheid, permitiu que os brancos, que participam com 9% da população, mantenham, mesmo 24 anos após o fim do apartheid, 73,3% da propriedade das terras agricultáveis (quando se inclui as terras em mãos de indivíduos e das companhias agrícolas) da África do Sul, conforme levantou o relatório estatal Land Audit de 2017. Os negros,

por sua vez, mesmo comendo 79% da população, e detém somente 13% das terras agricultáveis (o restante está em mãos do governo). A usurpação sistemática das propriedades foi possibilitada pela racista Lei de Terras Nativas, em vigor na África do Sul desde 1913, ano de sua aprovação.

Com a aprovação da moção, o tema será encaminhado ao Comitê de Revisão Constitucional do parlamento, que deve apresentar um relatório até o dia 30 de agosto. Quanto a oposição ao governo, eles criticaram a moção afirmando que a reforma agrária viola o direito de propriedade, ao passo que pode “assustar” o capital estrangeiro a investir no país.

Britto Garcia: “Criptodivisa compromete as reservas de petróleo da Venezuela”

Britto Garcia: "Criptodivisa respaldada por petróleo pode ser manipulada por fundos abutres"

O intelectual Luis Britto Garcia alertou para o fato da criptodivisa petro, nova moeda digital venezuelana, estar respaldada no petróleo, o que põe em xeque a própria soberania, ao deixar a principal riqueza do país vulnerável à manipulação de especuladores externos.

“O petro, ao implicar uma entrega de barris de petróleo, praticamente compromete as reservas petrolíferas da Venezuela. Felizmente, a emissão será por um setor limitado, mas poderia ser que nossa riqueza de hidrocarbonetos caísse de repente em mãos de investidores estrangeiros”, declarou Garcia, em entrevista ao programa José Vicente Hoy, do jornalista José Vicente Rangel.

Neste sentido, o intelectual venezuelano defendeu que a criptodivisa precisaria ter todos os elementos de segurança relativos às operações de crédito público, e sublinhou que o petro, por ser a emissão de um símbolo



“Criptodivisa é manipulável por fundos abutres”

monetário, deve estar sob controle do Banco Central de Venezuela (BCV).

Ainda assim, disse, por ser um título, o petro poderia ser facilmente alvo de manobras. “Ele pode se prestar a manipulação para se adquirir o petróleo na baixa e depois os fundos abutres poderiam aumentá-lo em 100%”, acrescentou.

Vice-presidente durante o governo de Hugo Chávez, o jornalista José Vicente Rangel (2002-2007), tem contribuído com seu programa por meio de inúmeras reflexões sobre o preocupante momento que

vive seu país e seu povo. “Não há salários que suportem o obscuro aumento dos preços dos artigos de primeira necessidade, nem a dramática situação a que chegaram os medicamentos”, assinalou. Segundo Rangel, “é insuportável o custo de vida e é impossível calar ante um fenômeno que afeta por igual a todos os habitantes do país, sem exceção, sem distinção social e política”. “O que está ocorrendo não tem explicação, ninguém consegue, nem os porta-vozes do governo nem os empresários”, enfatizou.

Entidades sindicais e empresariais do Cone Sul alertam para prejuízos advindos da disparidade entre as economias europeias e do Mercosul e defendem indústria nacional

Dirigentes da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) e do Conselho Industrial do Mercosul somaram suas vozes contra a tentativa dos governos do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai de assinalar, a toque de caixa, um pacto de submissão do Mercosul à União Europeia (UE).

Reunidos nesta semana em Assunção, os representantes destes governos têm se empenhado em firmar um “acordo” que, ao não levar em conta a realidade dos diferentes países e blocos, torna vulneráveis e subordina as economias menores à lógica dos cartéis transnacionais, particularmente os europeus.

Em carta aberta aos países negociadores do acordo, as entidades sindicais do Mercosul e da UE reafirmaram que não vão aceitar um pacto de associação “nas atuais circunstâncias e condições”, por não representar “um autêntico Acordo, justo e equilibrado, mas um convênio de livre comércio que prejudica as nações de menor desenvolvimento de ambos os lados do Atlântico”. Assim, não perdem com o “acordo” apenas os países do Mercosul, que sem proteção à sua indústria nacional terão escancarado um mercado de 283 milhões de consumidores, mas também os pequenos países europeus que se verão diante da concorrência a preços baixos, alcançados pela superexploração da mão de obra, com longas jornadas, salários aviltados e direitos reduzidos.

O que esperar da “negociação” de governos neoliberais, senão a capitulação? Ou, nas palavras dos dirigentes das centrais sindicais argentinas, “a assinatura é a sentença de morte da indústria nacional”. Estudos da Universidade Metropolitana para a Educação e o Trabalho (UMES) de Buenos Aires aponta que o processo de desregulamentação e redução de impostos previstos no tratado põe em risco 11 de cada 100 empregos nas atividades industriais. No caso da Argentina, são 186 mil empregos ameaçados, bastante concentrados no setor metal-mecânico, calçado, têxtil, coureiro, químico e de autopeças.

ASSIMETRIA

O alerta está dado para o que representa esta “associação” entre uma União Europeia - que responde aos cartéis e à escorcha do sistema financeiro - e desgovernos subservientes, que fragilizam seus Estados nacionais e atentam contra seus países e povos. Em termos econômicos, há uma enorme disparidade: o Produto Interno Bruto da União Europeia foi de US\$ 16,48 trilhões em 2016, mais de cinco vezes o PIB dos cinco países-membros do Mercosul (que inclui a Venezuela) de cerca de US\$ 3 trilhões, que respondem por 83% do PIB da América do Sul.

Na carta os sindicalistas condenaram a falta de transparência e defenderam a necessidade

de “diálogo” com os distintos atores sociais, a fim de “dotar de legalidade o processo de negociação e a previsibilidade sobre os impactos que este tipo de associação comercial assimétrica certamente irá gerar”.

Sobre os riscos de um acordo iminente, os sindicalistas recordaram que a UE ainda não finalizou o estudo de impacto sobre seus “setores sensíveis” e que os países do Mercosul “sequer começaram estudos análogos que permitam tomar medidas de proteção produtiva, em matéria de emprego e deslocamento sócio-econômico”, além das medidas de proteção necessárias, tanto no âmbito comercial e produtivo, que este tipo de “acordo” implica.

O documento ressalta que o movimento sindical já expressou “de forma clara e transparente a sua vontade de contribuir para alcançar um verdadeiro acordo de associação que reforce as relações políticas, sociais, econômicas e culturais, que promova o respeito aos direitos humanos, o emprego digno, o desenvolvimento sustentável e os valores democráticos”.

Os sindicalistas denunciaram, também, que é completamente insuficiente o tratamento dado às pequenas e médias empresas, importantes geradoras de emprego em ambos os blocos e defenderam que na próxima rodada de negociações se aprove a constituição de um Fórum Trabalhista, que permita balancear os desequilíbrios que possam surgir com a aplicação de um futuro acordo.

Por fim, o sindicalismo reivindica que “não se conclua as negociações até que se esclareçam as dúvidas e inquietudes expressas e que se abordem com responsabilidade os problemas”. Se, apesar dos pontos colocados, os governos decidirem firmar tal “acordo”, alertam as entidades, “ele não será aceito”.

O Conselho Industrial do Mercosul fez uma “declaração” em que cobra “a maior transparência possível entre as equipes de negociadores e as entidades representativas dos setores produtivos”, cobrando que sejam especificados “prazos e as condições para que os setores afetados negativamente possam transformar-se e continuar ativos no novo cenário”. Os empresários defenderam um convênio “equilibrado” que leve em conta a disparidade de desenvolvimento entre os blocos, destacando especificamente a gravidade do impacto sobre o setor industrial, frisando que é necessário “preservar ferramentas precisas” e “um tratamento especial e diferenciado”, que resultam fundamentais para o prosseguimento da integração regional. Diante disso, defendem a inclusão de uma “cláusula de desenvolvimento industrial”, “a ampliação satisfatória de quotas de importação por parte da UE”, o rechaço à extensão de patentes, além da manutenção de limites de acesso ao mercado de compras e contratações públicas “como elemento de desenvolvimento nacional”.

LEONARDO W. SEVERO

Autor de poster do Che cria desenho para Ahd

O artista irlandês Jim Fitzpatrick, autor de um dos mais afamados ícones de Che Guevara, um trabalho sobre a foto de Alberto Korda, agora apresenta uma arte em homenagem a Ahd Tamimi, palestina que se encontra em uma das prisões israelenses, após ter reagido com um tapa à invasão de sua casa por soldado da ocupação israelense nos territórios palestinos.

“Ahd Tamimi, para mim, significa a nobreza diante da opressão. A força de onde ela tira essa coragem, está repercutindo mundialmente. Nós irlandeses conhecemos a ocupação por muito tempo. Espero que a da Palestina dure menos”, afirmou Fitzpatrick.



Criação a partir da afamada foto de Korda



A arte de Fitzpatrick agora homenageia palestina

China rechaça as sanções unilaterais de Washington

A China rechaçou as sanções unilaterais anunciadas pelo governo Trump contra a Coreia Popular afirmando que “se opõe firmemente aos EUA, que impõem sanções unilaterais, com ‘jurisdição de longo alcance’ sobre entidades ou indivíduos chineses de acordo com suas leis nacionais”.

Conforme o porta-voz da chancelaria chinesa, Geng Shuang, Pequim apresentou “representações severas aos EUA” sobre a questão, cobrando que “cessem imediatamente” e advertindo sobre os danos à cooperação bilateral. A

As sanções dos EUA atingem um indivíduo, 28 navios e 27 empresas de transporte marítimo, incluindo 16 companhias de navegação norte-coreanas e várias entidades chinesas.

Conforme o governo Trump, tratam-se das “maiores sanções” contra Pyongyang, e o secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, não descartou a pirataria em alto mar, para aplicar as sanções, o que vai além das já extremamente duras sanções votadas no Conselho de Segurança da ONU. Ele também ameaçou sancionar quem permitir o envio de mercadorias para Pyongyang ou a partir de lá.

A Casa Branca afirma que Pyongyang está driblando o embargo de petróleo, com transferência em alto mar de navios de outras bandeiras. A abordagem pela força de navios foi excluída das resoluções da ONU e até especialistas norte-americanos a consideram equivalente a uma “declaração de guerra”. Além dos chineses e de outras bandeiras, também barcos russos estariam apoiando a sustentação do norte.

Morre o torturador e genocida argentino Benjamín Menéndez

Condenado 13 vezes à prisão perpétua por crimes de lesa-humanidade cometidos durante a última ditadura militar argentina, morreu na última terça-feira o general Luciano Benjamín Menéndez, culpado pela desapareição forçada de 282 pessoas - entre elas uma criança de dez anos - de 52 homicídios, 260 sequestros e 656 casos de tortura, além de estupro e roubos de bebês.

Durante a ditadura, a “Hiena” comandou o Terceiro Corpo do Exército, de onde dirigiu em 238 centros de tortura a repressão aos democratas em dez províncias, tendo sob sua responsabilidade vários centros clandestinos de extermínio, como o de Córdoba e o de La Perla, o maior do interior do país.

Foi o responsável pelo chamado “pacto de sangue”, por meio do qual todos os oficiais participavam das execuções, e de ser um dos principais apoiadores do “Comando Libertadores de América”, grupo terrorista de ultra-direita similar à Triple A, formada por militares, policiais e civis.

Entre outros crimes, Menéndez é acusado de ser o responsável pela morte do guerrilheiro Mariano Pujadas na base naval Almirante Zar, em agosto de 1975, e o sequestro e assassinato,



Coiceando no inferno

três anos depois, de seus pais e irmãos. Os corpos foram jogados em um poço, explodidos com dinamite.

Treinado na base militar de Fort Lee, nos EUA, e aluno aplicado da “escola francesa”, que popularizou no país as práticas de tortura praticadas pelo exército deste país na guerra de independência da Argélia, Menéndez era um psicopata que tinha prazer em participar pessoalmente das sevícias. Em seu currículo encontra-se ainda a queima de livros e o assassinato do bista de La Rioja, monsenhor Enrique Angelelli.

“Nossos inimigos foram os terroristas marxistas. Jamais perseguiu a ninguém por suas idéias políticas”, declarou Menéndez, antes de ser sentenciado à prisão perpétua junto ao ditador Jorge Rafael Videla, em 2010, pelos fuzilamentos de presos políticos em Córdoba.

Colômbia: desde dezembro, 62 líderes populares e políticos foram vítimas de atos de violência

Vítima de um enfrentamento social que ainda não arrefece na Colômbia, foi morto Flover Sapuyes Gaviria, integrante do movimento político Marcha Patriótica, pelas mãos de um assassino a soldo. O crime aconteceu no município de Balboa, departamento de Cauca, quando o líder social foi interceptado por um desconhecido em uma moto que atingiu Gaviria com cinco disparos.

A organização exigiu ao presidente colombiano, Juan Manuel Santos, que garanta a segurança das comunidades rurais.

As eleições legislativas e presidenciais que ocorrerão, respectivamente, em março e maio de 2018, tem sido combustível para essa tensão. Desde o início da campanha eleitoral em dezembro passado, se registraram 62 casos de violência contra líderes sociais, políticos e comunais.

A secretária executiva do Comitê Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos (DDHH), Erika Gómez Ardila, afirmou, na segunda-feira, 26, que o governo da Colômbia não tem implementado uma política “o suficiente-mente contundente” para enfrentar a onda de violência contra líderes sociais.

“Não há uma política que seja o suficientemente contundente, mas que ademais seja o suficientemente idônea para frear esse incremento de homicídios que tem se apresentado no país”, asseverou.

Erika reiterou que os assassinatos registrados após a assinatura do Acordo de Paz em Havana (Cuba) correspondem a uma sistematicidade, já que desde 2016 até a data tem ocorrido mais de 300 homicídios contra dirigentes sociais e defensores dos DDHH.

Depois das ‘armas de Saddam’, NYT desvenda a ‘colusão sírio-coreana’



A famosa cena de Colin Powell com o falso ‘tubinho de antrax’ perante a ONU

CIA informa: sai ‘execuções com canhão antiaéreo’ e entra ‘passaporte dos Kim’

O Departamento de Fábulas Fabulosas da CIA (ou foi da KCIA? Ou outra entidade coirmã?) vazou para a Reuters um xérox de “passaportes brasileiros dos Kim”, embora depois de inflar o balão admita na última linha não ter podido verificar se “houve adulteração”.

Pensando bem, para quem deu linha na pipa para “execuções com canhão antiaéreo” de ministro que dormira numa reunião, “bandas norte-coreanas metralhadas e jogadas aos cães” depois misteriosamente ressuscitadas e que tais, o “passaporte brasileiro dos Kim” é quase ‘comedido’.

Estranhamente, um passaporte brasileiro, que na época tinha duração de cinco anos (só em 2015 passou a dez) está lá estampado como data de emissão 1996 e data de validade 2006.

Os dois procederiam de São Paulo. O mais novo, tem mãe e pai (seria ‘Kim Jong Un’). O mais velho, nem mãe nem pai (supostamente ‘Kim Jong Il’). Muito normal, nem o agente consular brasileiro, nem as



Na pressa, deixaram Itong Tchoi sem pai nem mãe

autoridades suíças, acharam nada de estranho.

As mais recentes atualizações da história são ainda mais mirabolantes. O UOL descobriu sagazmente que “o pai [suposto no passaporte] de Kim Jong Un tem relação com prostituição”. Esclarecem os argutos jornalistas investigativos que “nem todos os dados do passaporte seriam totalmente falsos. O nome Ricardo Pwag já apareceu como membro do círculo próximo” de Kim Jong Il (o pai de Jong Un).

O UOL afirma que “Ricardo Pwag seria Pak Yong-mu, que teria a fun-

ção de conseguir prostitutas para “Kim e sua família”, segundo o livro “North Korea under Kim Chong-il - Power, Politics and Prospects for Change” (“Coreia do Norte sob Kim Chong-il - Poder, Política e Perspectivas de Mudança”, em tradução livre), de Ken E. Gause”.

Alguém perguntaria: e quem é Ken Gause? Consultando o google, facilmente se descobre que é diretor de um think tank que faz “estudos” para o Pentágono e o governo dos EUA desde a década de 1980. Imparcialíssimo – como o UOL. A.P.



Ex-presidenta destituída por corrupção receberá sua sentença no próximo 6 de abril

Procuradoria Geral da Coreia do Sul pede 30 anos de cadeia para Park Geun-Hye

A Promotoria Pública Geral da Coreia do Sul pediu pena de 30 anos de prisão para a ex-presidente do país Park Geun Hye, destituída da presidência da república em março do ano passado por decisão do Tribunal Constitucional por seus crimes de corrupção e tráfico de influência. Ela estava presa desde então aguardando julgamento.

No dia 17 de abril de 2017 Park teve formalizada contra si a acusação abuso de poder, suborno, coação e vazamento de segredos do governo mas negou todas as acusações nos vários interrogatórios a que foi

submetida na prisão. No próximo dia 6 de abril de 2018 o tribunal tomará a decisão final.

O Ministério Público Federal solicitou ao tribunal do distrito central de Seul que acrescente à pena da ex-presidente uma multa de 110 bilhões de won (110,4 milhões de dólares) para ressarcir os cofres públicos de parte dos recursos públicos desviados por Park e sua amiga e confidente Choe Soon Sil, esta já condenada a 20 anos de prisão, mas que ainda aguarda resultado de recurso impetrado.

Park Geun Hye é acusa-

da de receber 55,2 milhões de dólares em troca de favores que fazia para beneficiar empresas e grandes conglomerados industriais em contratos com o governo.

A Promotoria de Seul apontou que “a ex-presidente merece punição exemplar pois fez questão de não apenas negar as acusações, mas enganou e desorientou o povo sobre a verdade do tráfico de influências ao propalar que as acusações contra ela era caso de vingança política” disse um membro da promotoria à agência de notícias Yonhap. R. C.

INTERNACIONAL □ 7

Como seus terroristas estão sendo corridos na Síria e a Coreia saiu bem na fita nos Jogos de PyeongChang, maníacos de guerra de Washington recebem uma mãozinha do The New York Times

Incontestável imperador das fake news há décadas, o New York Times, em artigo para Judith Miller nenhuma botar defeito, asseverou que “especialistas da ONU” afirmaram que “a Coreia do Norte vem enviando suprimentos para o governo sírio que poderiam ser usados na produção de armas químicas”, acrescentando adiante que “os EUA e outros países acusaram o governo sírio” de “usar armas químicas contra civis”, notadamente no “leste de Ghouta”, e citando o uso de “gás cloro” ali.

Mais adiante, o NYT alega que foram fornecidos “válvulas, termômetros e ladrilhos à prova de ácido”. O suposto relatório de “200 páginas”, que poderá ser ou não divulgado em março, foi convenientemente vazado para o NYT e outros jornais após o encerramento dos Jogos Olímpicos de Inverno de PyeongChang, em que a Coreia Popular venceu o ‘ouro da diplomacia’ e isolou os maníacos de guerra de Washington, ao mesmo tempo em que se intensificavam indícios de nova provocação com gás tóxico em Ghouta, na Síria, num quadro de vitória à vista do governo Assad.

Após o desastre da invasão do Iraque, o NYT, para salvar a face, demitiu sua ‘jornalista’ (além de agente da CIA) Judith Miller, que entrevistava “ativos” da CIA para alardearem inexistentes “armas de destruição em massa de Saddam”, que logo viravam manchetes de capa, até o carniceiro W. Bush obter o cenário para o assalto ao petróleo iraquiano. Uma das histórias mais ridículas era a dos “tubos de alumínio” para “centrífugas de urânio”, parte do “programa nuclear de Saddam” – tudo uma mentirada abjeta. Sintetizada na cena do então secretário de Estado Colin Powell, perante a ONU, com um vidrinho falso de antrax.

Também foi o NYT que deu ares de verossimilhança à fabricação do Pentágono do ‘incidente no Golfo de Tonkin’, o inventado “ataque norte-vietnamita” a dois navios de guerra americanos que serviu de pretexto para a escalada da guerra.

Como o New York Times fez um mea culpa de araque após a guerra do Iraque, não deixa de ser interessante destacar como manchetes essenciais para os tambores de guerra soarem eram apoiadas por alegações sem a mínima comprovação. Como no caso dos tubos de alumínio, de que o Iraque “tinha procurado comprar” “milhares de tubos de alumínio especialmente projetados” para as “centrífugas do seu programa nuclear”. Afinal, comprou, ou tentou comprar? (Depois da ocupação se soube que os canos eram para irrigação).

Sintomaticamente, o título da mais recente falseta do NYT é “ONU liga Coreia do Norte ao Programa de Armas Químicas da Síria”. O que foi ironizado por um analista como “NYT liga os dois vilões preferidos de Washington, Kim e Assad”. Há poucos dias Trump ameaçou a Coreia com a “fase 2” – estaria também pensando – ou ajunta que manda enquanto ele tuita – em uma “fase 2” contra a Síria?

Na verdade, não é a ONU, mas um “painel de supostos especialistas”, criado sob a resolução 1718 do Conselho de Segurança, e que não faz parte do corpo da organização e incumbido de listar alegações trazidas por países membros sem julgar sua veracidade. Isso, na melhor das hipóteses,

porque o comitê de acompanhamento das sanções contra o Iraque ficou conhecido por estar infestado de espíes da CIA e satélites (além do Mossad).

Conforme a Associated Press, a “informação” sobre a suposta visita de delegação técnica norte-coreana em agosto de 2016 veio de “outro estado membro”, que teria asseverado ainda que “técnicos coreanos continuam a operar instalações de armas químicas e de mísseis em Barzeh, Adra e Hama”. O que foi categoricamente desmentido pelo governo sírio.

Assim como os canos de alumínio para irrigação foram metamorfoseados pela mídia a serviço da CIA e do Pentágono em “tubos de centrífugas de urânio”, para montar o pretexto para a invasão do Iraque, agora vem a história das “válvulas, termômetros e ladrilhos resistentes a ácidos” – que poderiam ter muitos usos civis e quem sabe até alguns militares, mas o menos provável deles, o para armas químicas, na observação do site Moon of Alabama.

Aliás, segundo o relatório, um país teria asseverado que os ladrilhos suportariam “altas temperaturas”, enquanto para outro, seria “resistente a ácido”. Em suma, poderia ser qualquer coisa.

Como a cartada da “luta contra o Estado Islâmico” não sustenta mais a intervenção imperial na Síria, mesmo com esta tendo entregue seu arsenal de armas químicas, que destruído sob controle da Organização para Proibição das Armas Químicas, sempre que é dado algum passo para dar fim ao conflito na nação árabe, intensificam-se as provocações, pelos bandos terroristas e mercenários, com armas químicas rudimentares.

DESARME

A Síria abriu mão do arsenal de armas químicas, que era sua dissuasão contra as bombas atômicas de Israel, por proposta da Rússia, o que deteve ataque militar direto dos EUA ao governo legítimo da Síria, a que os neocons tentavam então empurrar Obama. Em 2013, a OPAQ testemunhou a destruição das armas químicas sírias. As provocações desses bandos terroristas são recompensadas por ataques como o de abril passado do governo Trump contra uma base síria e, agora, o presidente francês Macron, que ameaça se somar à intervenção no caso de suposto uso de armas químicas.

Não só a Síria não tem mais armas químicas, como está vencendo em todas as frentes sem elas, tem inteira compreensão de que elas são quase o único pretexto que restou aos imperialistas para novos crimes contra a Síria.

Entre as evidências da perfídia compartilhada entre a Síria e a Coreia Popular, o “relatório” cita envio de “rolamentos de esfera e cabos de fibra ótica”, por respectivamente 56.000 euros e 48.000, via o banco Tanchon. Se fuçarem bem, talvez achem algumas garrafas do precioso ginseng.

Em suma, trata-se de um “relatório” vazado para o NYT cometer seu papel usual de ventarola da máquina de guerra ianque. Ou quem sabe o NYT embarcou em uma marola cuja utilidade simplesmente é desviar a atenção do sufoco de Trump e seu desgoverno em Washington. Até seu genro teve a credencial rebaixada pela CIA.

ANTÔNIO PIMENTA

Nelson Mandela: “Por este ideal, estou preparado para morrer” - (2)

Continuação da edição anterior

“No início de junho de 1961, depois de uma longa e ansiosa avaliação da situação sul-africana, eu e alguns colegas chegamos à conclusão de que, como a violência neste país era inevitável, seria irreal e errado que os líderes africanos continuassem a pregar a paz e a não-violência, em um momento no qual o governo continuava a responder pela força às nossas reivindicações pacíficas”, afirmou Nelson Mandela em sua declaração ao tribunal que o condenou à prisão perpétua por sua luta contra o apartheid na África do Sul

NELSON MANDELA

Cada perturbação apontou claramente para o crescimento inevitável, entre os africanos, da convicção de que a violência era a única saída - mostrou que um governo que usa a força para manter o seu domínio, ensina aos oprimidos a usarem a força para se opor a ele. Já haviam surgido pequenos grupos nas áreas urbanas, que faziam espontaneamente planos para formas violentas de luta política. Então, surgiu o perigo de que esses grupos adotassem o terrorismo contra os africanos, bem como contra os brancos, se não fossem devidamente dirigidos. Particularmente perturbador foi o tipo de violência engendrada, entre os africanos, em lugares como Zeerust, Sekhukhuniland e Pondoland. Estava assumindo cada vez mais a forma, não de luta contra o governo - embora isso seja o que a motivou -, mas de conflitos civis entre africanos, conduzidos de tal modo que não se poderia esperar outra coisa, senão perdas de vidas e amargura.

No início de junho de 1961, depois de uma longa e ansiosa avaliação da situação sul-africana, eu e alguns colegas chegamos à conclusão de que, como a violência neste país era inevitável, seria irreal e errado que os líderes africanos continuassem a pregar a paz e a não-violência, em um momento no qual o governo continuava a responder pela força às nossas reivindicações pacíficas.

Não foi fácil chegar a essa conclusão. Foi só quando tudo o mais tinha fracassado, quando todos os canais de protesto pacífico nos foram proibidos, que foi tomada a decisão de iniciar formas violentas de luta política e de formar a **Umkhonto We Sizwe**. Nós o fizemos, não porque desejássemos esse rumo, mas unicamente porque o governo nos deixou sem outra escolha. No Manifesto da **Umkhonto**, publicado a 16 de dezembro de 1961, dissemos:

“Chega um momento na vida de qualquer nação em que restam apenas duas escolhas – se submeter ou lutar. Este momento chegou para a África do Sul. Não nos submeteremos e não temos outra escolha senão resistir por todos os meios em nosso poder, em defesa de nosso povo, de nosso futuro e de nossa liberdade.”

Esse foi o nosso sentimento em junho de 1961, quando decidimos pressionar por uma mudança na política do Movimento de Libertação Nacional. Só posso dizer que me senti obrigado moralmente a fazer o que fiz.

Nós, que tomamos essa decisão, começamos a consultar líderes de várias organizações, incluindo o **CNA**. Não direi com quem falamos, nem o que disseram, mas gostaria de tratar do papel do **Congresso Nacional Africano** nesta fase da luta e da política e dos objetivos da **Umkhonto We Sizwe**. No que diz respeito ao **CNA**, ele formou uma visão clara que pode ser resumida da seguinte forma:

• O **CNA** era uma organização política de massas com uma função política a cumprir. Seus membros tinham se reunido



nela sob a expressa política de não-violência.

• Por causa disso, o **CNA** não poderia assumir, e não assumiria, a violência. Isso deve ser frisado. Não é possível transformar esse organismo na organização pequena e estreitamente entrelaçada, necessária para a sabotagem. Nem isso seria politicamente justo, porque resultaria em que seus membros deixassem de realizar sua atividade essencial: a propaganda política e a organização. Também não era permissível mudar toda a natureza da organização.

• Por outro lado, em vista desta situação que descrevi, o **CNA** estava preparado para se afastar de sua política de não-violência, que tinha cinquenta anos de idade, na medida em que não desaprovava a violência devidamente controlada. Daí, seus membros que realizassem tal atividade não estariam sujeitos a ações disciplinares do **CNA**.

Digo ‘violência devidamente controlada’ porque deixei claro que, se formasse a organização, eu a sujeitaria à orientação política do **CNA**, e não assumiria nenhuma forma de atividade, diferente da prevista, sem o consentimento do **CNA**. E, agora, vou dizer à Corte como essa forma de violência veio a ser determinada.

Como resultado dessa decisão, a **Umkhonto** foi formada, em novembro de 1961. Quando tomamos essa decisão e, subsequentemente, formulamos nossos planos, a herança de não-violência e harmonia racial do **CNA** estava muito conosco.

Sentimos que o país estava a caminho de uma guerra civil, em que os negros e os brancos lutariam entre si. Vimos a situação com alarme. A guerra civil poderia significar a destruição do que o **CNA** representava; com a guerra civil, a paz racial seria mais difícil do que nunca. Já tínhamos exemplos, na história sul-africana, dos resultados de guerras. Levaram mais de cinquenta anos para que as cicatrizes da Guerra Sul-africana desaparecessem. Quanto tempo demoraria para erradicar as cicatrizes de uma guerra civil inter-racial, que não poderia ser travada sem uma grande perda de vidas de ambos os lados?

Isso precisava ser levado em conta na formulação de nossos planos. Precisávamos de um plano que fosse flexível e que nos permitisse agir segundo as necessidades impostas pelos tempos; sobretudo, o plano deveria reconhecer a guerra civil como o derradeiro recurso - e relegar a decisão sobre essa questão ao futuro. Não queríamos nos comprometer com uma guerra civil, mas queríamos estar preparados, se ela se tornasse inevitável.



Eram possíveis quatro formas de violência: a sabotagem, a guerrilha, o terrorismo e a revolução aberta. Escolhemos o primeiro método - e esgotá-lo antes de tomar qualquer outra decisão.

A luz de nosso contexto político, a escolha foi lógica. A sabotagem não envolvia perdas de vidas, e oferecia a melhor esperança para as futuras relações raciais. A amargura seria reduzida ao mínimo, e, se a política fosse frutífera, o governo democrático poderia tornar-se uma realidade. Foi o que sentimos no momento, e é o que dissemos em nosso Manifesto:

“Nós, da **Umkhonto we Sizwe**, sempre procuramos alcançar a libertação sem derramamento de sangue e conflito civil. Esperamos, mesmo nesta hora tardia, que nossas primeiras ações despertem a todos para compreender a situação desastrosa a que a política do Partido Nacional está levando. Esperamos levar o governo e os seus partidários a terem juízo, antes que seja tarde demais, para que tanto o governo quanto suas políticas possam ser mudadas antes que se atinja o estado desesperado da guerra civil.”

O plano inicial foi baseado em uma análise cuidadosa da situação política e econômica do nosso país. Acreditamos que a África do Sul depende, em grande parte, do capital estrangeiro e do comércio externo. Sentimos que a destruição planejada de usinas de energia, e a interferência com as comunicações ferroviárias e telefônicas, tenderia a afugentar o capital do país, tornando mais difícil que os bens das áreas industriais atingissem os portos marítimos no cronograma previsto, e, a longo prazo, seria um forte dreno sobre a vida econômica do país, obrigando os eleitores a reconsiderar sua posição.

Os ataques às linhas da vida econômica do país deveriam estar relacionados com a sabotagem em edifícios governamentais e outros símbolos do apartheid. Esses ataques serviriam de fonte de inspiração para o nosso povo. Além disso, eles forneceriam uma saída para as pessoas que pediam a adoção de métodos violentos e nos permitiriam dar uma prova concreta aos nossos seguidores de que adotamos uma linha mais forte na luta contra a violência do governo.

Para completar, se ações de massa fossem organizadas com êxito, e se houvesse represálias em massa, sentimos que a simpatia pela nossa causa seria despertada em outros países e que seria maior a pressão sobre o governo sul-africano.

Esse, então, era o plano. A **Umkhonto** deveria realizar

sabotagem, e instruções rigorosas foram dadas aos seus membros, desde o início, de que, em nenhuma circunstância, eles deveriam ferir ou matar pessoas no planejamento ou na realização das operações. Essas instruções foram referidas na evidência do 'Sr. X' e de 'Mr. Z' [testemunhas do Estado no julgamento, cujos nomes foram escondidos].

A **Umkhonto** realizou sua primeira operação em 16 de dezembro de 1961, quando foram atacados prédios governamentais em Joanesburgo, Port Elizabeth e Durban. A escolha dos alvos é prova da política que descrevi acima. Tivéssemos pretendido atacar vidas, teríamos selecionado alvos onde pessoas se congregavam, não prédios vazios e usinas elétricas. A sabotagem realizada antes de 16 de dezembro de 1961 foi obra de grupos isolados e não teve ligação alguma com a **Umkhonto**. De fato, alguns desses atos, e vários atos posteriores, foram reivindicados por outras organizações.

O Manifesto da **Umkhonto** foi divulgado no dia em que as operações começaram.

A resposta da população branca às nossas ações e ao Manifesto foi caracteristicamente violenta. O governo ameaçou reagir com força e exortou seus seguidores a se manterem firmes e ignorar as reivindicações dos africanos. Os brancos não responderam sugerindo mudanças; responderam ao nosso chamado pedindo repressão armada.

Em contraste, a resposta dos africanos foi de encorajamento. De repente, havia esperança novamente. As coisas estavam acontecendo. As pessoas nos municípios [townships] ficaram ansiosas por notícias políticas. Um grande entusiasmo foi gerado pelos êxitos iniciais, e as pessoas começaram a especular sobre em quanto tempo seria conquistada a liberdade.

Mas nós, no **Umkhonto**, pesamos a resposta branca com ansiedade. As linhas estavam sendo traçadas. Os brancos e os negros estavam se movendo para campos separados, e as perspectivas de evitar uma guerra civil estavam diminuindo. Os jornais brancos publicavam que a sabotagem seria punida com a morte. Se assim fosse, como poderíamos continuar a manter os africanos longe do terrorismo?

Já haviam morrido dezenas de africanos como resultado de atritos raciais.

Em 1920, quando o famoso líder Masabala foi encarcerado em Port Elizabeth, 24 africanos, que se reuniram para exigir sua libertação, foram mortos pela polícia e por civis brancos.

Em 1921, mais de 100 africanos morreram no caso

Em 21 de março de 1960, 69 africanos desarmados foram mortos (foto) em Sharpeville quando os racistas abriram fogo de metralhadora contra uma manifestação pacífica, reivindicando a abolição da Lei do Passe, que, desde 1910, confinava os negros a áreas determinadas – inclusive separando famílias. Além dos mortos, 180 pessoas ficaram feridas

de Bulhoek.

[NOTA: a 24 de maio de 1921, em Bulhoek, as tropas racistas abriram fogo de metralhadora, e até mesmo de artilharia, contra os seguidores do líder messiânico Enoch Mgijima. Houve 163 africanos mortos, 129 feridos e 95 foram presos, inclusive Mgijima, condenado a cinco anos de trabalho escravo para a mineradora De Beers, uma criação do colonista Cecil Rhodes, financiada pelos Rothschild.]

Em 1924, mais de 200 africanos foram mortos quando o Administrador da África do Sudoeste chefiou uma força contra um grupo que se rebelou contra a imposição do imposto sobre cães.

[NOTA: um dos expedientes dos colonialistas para obrigar os africanos a trabalhar para eles era arruiná-los através de impostos extorsivos e despropositados. Por exemplo, sobre a propriedade de cachorros, e até sobre esposas (a “hut tax”), em um país onde a poligamia era um costume tribal.]

Em 1º de maio de 1950, 18 africanos foram mortos a tiros por policiais, durante a greve.

Em 21 de março de 1960, 69 africanos desarmados foram mortos em Sharpeville.

[NOTA: nesse dia, os racistas abriram fogo de metralhadora, matando 69 pessoas e ferindo 180 outras, contra uma manifestação pacífica de 20 mil pessoas, que reivindicavam a abolição da Lei do Passe, que, desde 1910, confinava os negros a áreas determinadas – inclusive separando famílias (cf. *Report of the Inter-Departmental Committee on the Native Pass Laws 1920, Cape Town, 1922*).]

Quanto Sharpeville mais haveria na história do nosso país? E quantos outros Sharpevilles poderia o país suportar, sem que a violência e o terror se tornassem a ordem do dia? E o que aconteceria com o nosso povo, quando se chegasse a esse estágio? A longo prazo, sentiamo-nos seguros de nosso êxito, mas a que custo, para nós e para o resto do país? E, se isso acontecesse, como os negros e os brancos poderiam viver juntos, novamente, em paz e harmonia? Estes foram os

problemas que enfrentamos, e estas foram as nossas decisões.

A experiência nos convenceu de que a rebelião ofereceria ao governo oportunidades ilimitadas para o massacre indiscriminado de nosso povo. Mas foi precisamente porque o solo da África do Sul já está encharcado com o sangue de africanos inocentes, que sentimos que era nosso dever fazer preparativos, como empreendimento de longo prazo, para usar a força com o objetivo de nos defendermos da força. Se a guerra fosse inevitável, queríamos que a luta fosse realizada nos termos mais favoráveis para o nosso povo.

A forma de luta que sustentava melhores perspectivas para nós, e menor risco de vida para ambos os lados, era a guerrilha. Decidimos, portanto, em nossos preparativos para o futuro, nos prepararmos para a possibilidade de uma guerra de guerrilhas.

Todos os brancos passam por treinamento militar obrigatório, mas nenhum treinamento é dado aos africanos. Em nossa opinião, era essencial construir um núcleo de homens treinados, que pudessem ser a liderança necessária, se a guerra de guerrilhas começasse. Tínhamos de nos preparar para essa situação antes que fosse tarde demais para fazer os preparativos adequados. Também era necessário construir um núcleo de homens treinados em administração civil e outras profissões, com o objetivo de que os africanos estivessem preparados para participar do governo deste país, assim que tivessem permissão para fazê-lo.

Nessa fase, foi decidido que eu deveria participar da Conferência do Movimento Pan-Africano de Liberdade para a África Central, Oriental e Austral, a ser realizada no início de 1962 em Adis Abeba, e, devido à nossa necessidade de preparação, também se decidiu que, após a conferência, eu fizesse uma visita a Estados africanos, com vista à obtenção de instalações para o treinamento de soldados - e que eu também solicitaria bolsas de estudos para a matrícula de africanos em universidades.

O treinamento em ambos os campos seria necessário, mesmo que as mudanças ocorressem por meios pacíficos. Seriam necessários administradores, que estariam dispostos e capazes de administrar um Estado não racial – e homens seriam necessários para controlar o exército e a força policial de tal Estado.

Foi com esse objetivo que eu deixei a África do Sul para ir a Adis Abeba, como representante do **CNA**. Minha viagem foi um êxito. Onde quer que eu fosse, encontrei simpatia por nossa causa e promessas de ajuda. Toda a África estava unida contra a posição da África do Sul branca, e, mesmo em Londres, fui recebido com grande simpatia por lideranças políticas, como o Sr. Gaitskell [líder do Partido Trabalhista] e o Sr. Grimond [líder do Partido Liberal].

Na África, recebi promessas de apoio de homens como Julius Nyerere, agora presidente de Tanganica; do Sr. Kawawa, então primeiro-ministro de Tanganica; do imperador Haile Selassie, da Etiópia; do general Abboud, presidente do Sudão; de Habib Bourguiba, presidente da Tunísia; de Ben Bella, agora presidente da Argélia; de Modibo Keita, presidente do Mali; de Leopold Senghor, presidente do Senegal; de Sékou Touré, presidente da Guiné; do presidente Tubman, da Libéria; e de Milton Obote, primeiro-ministro de Uganda.

Foi Ben Bella quem me convidou para visitar Oujda, o quartel-general do Exército Argelino de Libertação Nacional, visita descrita no meu diário - uma das evidências apresentadas neste julgamento.

Continua na próxima edição